

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE NO CONTEXTO DA
ADOÇÃO

PATRICIA SANTOS DA SILVA

Porto Alegre
Novembro 2018

PATRICIA SANTOS DA SILVA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PARENTALIDADE NO CONTEXTO DA
ADOÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia sob a orientação da Prof.^a Dra. Giana Bitencourt Frizzo.

Porto Alegre
Novembro 2018

Dedico esse trabalho às famílias que abriram suas vidas para nos receber e mostrar um pouco da sua linda jornada para o mundo. Sou melhor hoje por conhecê-los.

Agradecimentos

Talvez essa seja a tarefa mais difícil da escrita desta tese. É sempre um dos últimos momentos do trabalho e poder falar de todos que participaram dessa jornada e da forma singular como contribuíram se torna uma missão quase impossível. Apesar disso, é necessária uma singela tentativa de agradecer e tentar expor aqui a minha alegria ao digitar tais palavras. Para começar, o mais importante é falar que essa tese, bem como todo o processo que eu estudei durante o doutorado, é uma construção. Basicamente, a construção dos vínculos mais essenciais da vida. Acredito que quando chegamos no ponto de que o trabalho nos traz prazer e orgulho, alcançamos a felicidade e só temos a agradecer. Portanto:

Em primeiro lugar, agradeço ao apoio financeiro do CNPq que me permitiu me dedicar integralmente às atividades do doutorado e ter podido contribuir com excelência à pesquisa do país. Logo, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS pelo ensino de qualidade e pelas oportunidades de contato com os melhores pesquisadores e professores.

Agradeço também à *Universidad de Cádiz*, à Prof. Dra. Yolanda Sanchez-Sandoval e todo seu grupo de pesquisa que me recebeu durante a missão de curta duração realizada. Contar com o início dessa parceria contribuiu muito para o meu desenvolvimento pessoal e profissional!

Agradeço à banca, Prof. Dra. Cleonice Bosa, Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos, Prof. Dra. Mariana Boeckel e Prof. Dra. Daniela Levandowski pelas contribuições tão afetivas desde o projeto de tese. Especialmente à Dani por aceitar participar dessa etapa final da minha pós-graduação e por ter me contaminado, ainda na UFCSPA, com essa vontade de exercer a pesquisa e a docência de forma tão dedicada e delicada!

O maior agradecimento certamente é para a minha querida orientadora, Prof. Dra. Giana Bitencourt Frizzo, que me adotou nessa jornada. Além de me aceitar como primeira doutoranda, ela topou se aventurar comigo pelos caminhos da adoção desde o mestrado. Certamente, Gi, tu fizeste com que esse longo trabalho se tornasse um prazer na minha vida. Obrigada pelos seis anos de parceria. Tenho certeza que foram só os primeiros!

Agradeço também às colegas do NUFABE por todas as trocas de conhecimentos, convivência, cafés e desabafos. Principalmente às colegas Monique Schwochow, Roberta Macheimer e Gabriela Resmini pela mesma paixão pela adoção e por estarem junto comigo no sonho que foi desenvolver esse projeto. Às melhores IC's que eu poderia ter conhecido, e que me lembram muito de mim nesta época, Eduarda Xavier e Nicole Barros. A Duda, que foi meu primeiro grande vínculo no NUFABE, obrigada por todo o trabalho que fizemos juntas e por

ter se tornado uma grande amiga! Nic, por ter sido o meu braço direito e esquerdo na execução da pesquisa, obrigada por ter feito esse trabalho possível! Um obrigado mais especial à Verônica Chaves que, além de atual colega de doutorado, foi e continua sendo a minha inspiração do trabalho com adoção.

Chegou a hora de chorar e falar das melhores conquistas da minha vida. Primeiro, agradeço aos colegas do PPG Psicologia que se tornaram o meu maior grupo de apoio: Natália Becker, Gabriela Resmini, Fernanda Palhares, Jaqueline Rodrigues e Mailton Vasconcelos, esse caminho foi mais doce com vocês do meu lado. Ter estado na UFRGS esse tempo todo não teria sido tão divertido, com tantas risadas, fofocas, choros, blocos, churrascos, *happy hours*, e mais tantas coisas lindas que vivemos juntos. Amo muito vocês!

Por favor, não pensem que essa ordem é de maior pra menor importância. A gente tenta, na escrita, fazer algum sentido na forma como vai colocando as palavras e de como tudo foi se construindo, mas o coração mistura tudo e devolve encharcado de emoção.

Nesse momento, cito as melhores amigas do mundo: Máine Chagas e toda a família que eu amo, Natália Becker, Gabriela Resmini: vocês são as melhores companheiras que alguém poderia levar da vida. A Nini é a minha irmã que eu escolhi lá na quarta série. A Nati, a minha companheira de casa, de mestrado, de doutorado, de vida. Alguém que praticamente me conhece melhor do que eu mesma. A Gabi, talvez a pessoa mais doce e mais firme que eu conheço, é um modelo de como eu gostaria de ser no mundo! Obrigada pela companhia sempre presente, pelos abraços confortantes, pelas palavras de incentivo e pelo apoio seguro que vocês me proporcionam. A tese só foi tão fácil por causa de vocês!

Juliana Kühne e Fernanda Falk esses últimos anos foram mais divertidos com vocês por perto. Obrigada pelos rolês, pelas risadas, pela companhia, pela praia do Rosa, pelo chimarrão, pela bicicleta... A lista não iria terminar nunca! Vocês tornaram mais leve os momentos de angústia! Aos meus amores de Cádiz, Kenia, Kyle e Ana, vivi os dias mais felizes pertinho de vocês! Espero que nos reencontremos em breve...

Às minhas amigas da graduação, que seguem sendo presentes e me motivando pelas suas trajetórias tão bonitas, eu agradeço poder fazer parte. Patricia Oliveira e Élide Fluck, a UFCSPA foi só o início de um vínculo tão bonito que dura até hoje! Temos muito mais do que a Psicologia em comum!

A todos os alunos do CEFI que me tornam, a cada final de semana, uma professora e uma profissional melhor. Também às colegas professoras e, em especial, às melhores “chefes” que se pode ter: Adriana Zilberman, Mara Lins, Andreia Podolano e Denise Corrêa, vocês são modelos de competência e afeto!

Por último, mas não menos importante. De novo, a ordem é só porque não posso misturar tudo no papel. Aos meus pais, Francisco e Lourdes, vocês são o motivo de eu estar aqui. Além da vida, vocês me deram todas as oportunidades, todo o afeto e todo o incentivo que eu sempre precisei. Obrigada por comemorarem comigo mais essa parte! É só o início! E, mana, Débs, minha pequeninha! Que orgulho eu tenho de te agradecer aqui. Tem muito de ti na minha possibilidade de pensar e escrever criticamente! Me espelho nesse teu lado forte e de mulher guerreira! Amo muito vocês!

E logo depois da minha família, agradeço a minha terapeuta Gabriela Sbardelotto. O vínculo que construímos causou em mim tantas transformações durante esse doutorado que refletiram completamente na escrita deste trabalho e na construção da profissional que sou hoje. Obrigada pela competência, pelo carinho e afeto que tu consegues me transmitir mesmo nas intervenções mais duras. És um modelo lindo que tenho orgulho de seguir!

Por fim, agradeço às famílias que participaram da pesquisa, por abrirem um espaço de suas vidas para nos receber e por compartilharem conosco experiências tão inspiradoras! É por vocês que esse trabalho se faz necessário. A todos que de alguma forma passaram pela minha vida, obrigada por deixarem um pouquinho de vocês e espero que ainda permaneça um pedacinho de mim. Certamente é por tudo isso que hoje sou quem sou!

*“Procuro despir-me do que aprendi,
Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu .”*

Alberto Caeiro [Fernando Pessoa]

SUMÁRIO

Capítulo I: INTRODUÇÃO.....	13
O funcionamento familiar a partir da teoria sistêmica	16
As demandas do processo de transição para a parentalidade	19
Adoção e parentalidade adotiva.....	22
Justificativa e Objetivos	24
Capítulo II: ESTUDO I	26
Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática	26
Capítulo III: ESTUDO II.....	27
A construção da parentalidade em famílias por adoção: em estudo longitudinal sobre a constituição dos vínculos.....	27
Resumo	Erro! Indicador não definido.
Abstract.....	Erro! Indicador não definido.
Introdução.....	Erro! Indicador não definido.
Método.....	Erro! Indicador não definido.
Resultados.....	Erro! Indicador não definido.
Discussão	Erro! Indicador não definido.
Considerações Finais	Erro! Indicador não definido.
Referências	Erro! Indicador não definido.
Capítulo IV: DISCUSSÃO	28
Capítulo V: CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXO A	48
Relato Detalhado dos Casos Apresentados no Estudo II.....	48
Descrição da Família A	Erro! Indicador não definido.
(Amélia, Antônio e Ana Clara).....	Erro! Indicador não definido.
Descrição da Família B.....	Erro! Indicador não definido.

(Betina, Bruno e Bianca)	Erro! Indicador não definido.
Descrição da Família C.....	Erro! Indicador não definido.
(Catarina, Carlos e Carla)	Erro! Indicador não definido.
Descrição da Família D	Erro! Indicador não definido.
(Daniela, Denis e Diogo)	Erro! Indicador não definido.
ANEXO B	49
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	49
ANEXO C	50
Questionário sobre a adoção.....	50
ANEXO D	53
Entrevista sobre transição para parentalidade no contexto da adoção – 15 dias após a colocação	53
ANEXO E.....	55
Entrevista sobre transição para parentalidade no contexto da adoção – Seis meses após a colocação	55
ANEXO F.....	56
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	56
ANEXO G	63
Termo de Concordância com Proposta de Pesquisa.....	63

RESUMO

A transição para a parentalidade é uma das principais mudanças sofridas pela família e se caracteriza como um processo complexo influenciado por fatores ligados ao momento histórico e social. Na adoção, pode haver uma complexificação desse processo por envolver diferentes contextos e histórias. Nesse sentido, a presente tese teve como objetivo compreender esse processo seguindo a abordagem da teoria sistêmica a partir de dois estudos. O primeiro foi uma revisão sistemática de artigos científicos, publicados entre 2005 e 2015, em língua inglesa e portuguesa. A análise temática dos resultados mostrou que os aspectos que têm sido considerados dizem respeito à homoparentalidade, características pessoais dos adotantes e das crianças a serem adotadas, dificuldades com os serviços de adoção e sintomas depressivos pós-adoção. A partir disso, o segundo estudo teve como objetivo compreender longitudinalmente o processo de construção para a parentalidade na adoção. A partir da análise temática, verificou-se que esta é marcada pela presença de um projeto adotivo, que necessita da elaboração da infertilidade e gera expectativas importantes nos pais. Tornar-se pais também inclui um processo de adaptação ao filho e construção da coparentalidade. Além disso, a presença do filho evidenciou a experiência de parentalidade e demandou adaptação dos modelos parentais (scripts) para a criação de novas práticas educativas. Os dois estudos abordaram de maneira complementar e em profundidade a questão da parentalidade por adoção como uma construção. As novas possibilidades metodológicas apresentadas foram fundamentais para a execução da tese.

Palavras-chave: parentalidade; adoção (criança); teoria sistêmica; coparentalidade.

ABSTRACT

The transition to parenthood is one of the main changes suffered by family and is characterized as a complex process influenced by factors linked to the historical and social context. In adoption, there may be a complexity of this process because it involves different contexts and histories. In this sense, the present thesis aimed to understand this process following the systemic approach from two studies. The first one was a systematic review of scientific articles, published between 2005 and 2015, in English and Portuguese. The thematic analysis showed that the aspects referred to homoparentality, personal characteristics of the adopters and children, difficulties with adoption services and post-adoption depressive symptoms. Thus, the second study aimed to understand in a prospective way the process of constructing parenthood in adoption. Thematic analysis showed that this is marked by the presence of an adoptive project, which requires the elaboration of infertility and generates important expectations in the parents. Becoming parents also includes a process of adapting to child and building coparenting. In addition, the presence of the child evidenced the experience of parenting and demanded adaptation of parental models (scripts) to create new educational practices. The two studies approached, in a complementary and in depth way, the question of adoptive parenthood as a construction. The new methodological possibilities presented were fundamental for the execution of the dissertation.

Keywords: adoption (child); parenthood; systemic approach; coparenting.

APRESENTAÇÃO

A presente tese é baseada nos conceitos da teoria sistêmica a respeito da família, do processo de transição para a parentalidade e das peculiaridades e semelhanças da adoção nesse processo, em comparação ao processo típico. Cabe ressaltar que a construção de uma tese de doutorado, bem como a parentalidade, é um processo longo e que sofre diversas influências de seu autor. A teoria sistêmica, base para a análise proposta, é a teoria de formação da autora da tese, que é especialista em terapia sistêmica com indivíduos, casais e famílias.

A trajetória que a levou à construção deste trabalho se iniciou desde a graduação, em uma experiência de estágio no Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre. A partir do mestrado, no trabalho sobre “Os processos de habilitação para adoção segundo técnicos judiciários do Rio Grande do Sul” foi possível uma aproximação teórica com a temática da adoção. Conhecer a prática dos profissionais que estão em contato constante com futuros pais adotivos permitiu uma sensibilização a respeito destas pessoas. Estar em busca de um filho e passar por um processo de avaliação e preparação pode ser muito desgastante e, ao mesmo tempo, muito produtivo para esses pais. Como eles vão passar por esse processo também vai depender da maneira como são atendidos e recebidos pelas equipes técnicas dos juizados da infância e da juventude, o que nem sempre é uma experiência positiva para as famílias. Nesse sentido, uma aproximação dos futuros pais adotivos pareceu uma trajetória natural para a autora e poder entender como esses pais vivenciaram o processo de transição para a parentalidade, a partir de suas experiências singulares, se constituiu como o principal objetivo desta tese.

Tendo isso em vista, o objetivo desta tese foi compreender como os pais constroem a parentalidade no contexto da adoção. A presente tese é parte de um projeto maior, intitulado “Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção” (Frizzo et al., 2016). O projeto contou com a colaboração da autora para a sua elaboração e foi contemplado com o edital Universal do CNPq no ano de 2016. Esse projeto maior já deu origem a diversos estudos dentro do Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Famílias com Bebês e Crianças (NUFABE) sob a orientação da Prof. Dra. Giana Frizzo. Os estudos produzidos no NUFABE a partir do projeto maior foram duas dissertações que abordaram a experiência de estar esperando por uma criança e sobre a construção da parentalidade na adoção tardia. Outros estudos que foram produzidos falam sobre as questões de preconceito racial ainda presentes nas falas dos adotantes e foram apresentados em congressos nacionais e internacionais.

Esse projeto maior foi embasado pelo primeiro estudo desta tese: “Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática”. Trata-se de uma

revisão sistemática da literatura nacional e internacional no período compreendido entre 2005 e 2015 e já está publicado na revista Contextos Clínicos.

Já o segundo estudo que compõe essa tese foi pensado como parte do projeto maior e já foi submetido para publicação. Foi intitulado aqui “A construção da parentalidade em famílias por adoção: em estudo longitudinal sobre a constituição dos vínculos” e propôs acompanhar famílias por adoção no momento da chegada da criança e seis meses depois. O objetivo foi compreender como os pais vivenciaram e perceberam esse momento de adaptação da família ao filho e relatar como eles construíram a parentalidade nesse contexto da adoção. Acredita-se que somente um delineamento longitudinal poderia explicitar em profundidade o processo de tornar-se pai e mãe por adoção.

Nesse sentido, a seguir será apresentada a fundamentação teórica da presente tese. Após, os dois estudos que a compõem e, ao final, uma reflexão crítica sobre os achados, bem como as perspectivas futuras para a pesquisa no contexto da adoção.

Capítulo I: INTRODUÇÃO

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Decreto Lei no 8.069/90 de 13 de julho do Ministério da Casa Civil, 1990), no Brasil, as crianças têm direito à convivência familiar e comunitária em ambiente seguro. Com isso, lhes é assegurado o direito de crescerem em família, seja a família natural (pais e seus descendentes), extensa (avós, tios) ou, excepcionalmente, em família substituta.

A colocação de crianças em família substituta pode ocorrer como última medida de proteção através de guarda, tutela ou adoção, sendo a última a única que atribui à criança a situação de filho. Segundo a nova lei, em vigor desde 2009, a adoção é uma medida excepcional e irrevogável a qual se deve recorrer somente quando esgotados os recursos existentes para a manutenção do vínculo da criança ou adolescente com a família natural ou extensa. Essa lei atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres de qualquer filho, inclusive os sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com seus pais e parentes biológicos (Nova lei da adoção, 2009).

Com todas as mudanças observadas em relação às formas de filiação e constituição familiar, a adoção aparece como uma possibilidade cada vez mais comum de exercício da parentalidade (Silva, Silva, Lopes, & Frizzo, 2018). Pensando-se especificamente no processo de transição para a parentalidade adotiva, esta pode ser definida, inicialmente, como uma forma de estabelecimento de relações de paternidade e maternidade entre pessoas sem vínculos biológicos. Caracteriza-se como uma oportunidade de proporcionar uma família às crianças privadas do convívio daqueles que a geraram e, ainda, um meio de proporcionar a possibilidade de ter e criar um filho aos pais que não puderam, ou mesmo que optaram por não tê-los biologicamente (Levinzon, 2006).

Entretanto, além de todas as questões emocionais e psíquicas que permeiam a chegada de um filho adotivo e o processo de tornar-se pai e mãe neste contexto, existem as questões relativas aos trâmites legais para que se consolide a adoção. A partir do desejo dos candidatos de adotar um filho, lhes é propiciada a possibilidade de solicitar, junto ao judiciário, a sua habilitação para adoção. Como uma medida de proteção à criança ou adolescente que vai para adoção, os candidatos a pais adotivos deverão passar por um processo de preparação psicossocial e jurídica, orientado pelas equipes técnicas dos Juizados da Infância e Juventude (Nova lei da adoção, 2009). Com a abertura do processo, ele é encaminhado à equipe interprofissional para avaliação psicossocial, que dará subsídios à decisão judicial (Sebastiany, 2011). Para isso, psicólogos e assistentes sociais se utilizam dos instrumentos que julgarem cabíveis para avaliação, cuja duração vai depender das particularidades de cada caso (Silva,

2015; Tabajaski, Rodrigues, & Gaiger, 1998). Ao final da avaliação, cabe ao juiz decretar a habilitação ou não desses candidatos. A partir desse momento, os candidatos passam a integrar o Cadastro Nacional, no qual constam todos os candidatos, incluindo o perfil da criança pretendida, bem como todas as crianças passíveis de adoção.

Quando se encontra a família adequada para a criança que está juridicamente pronta para a adoção, inicia-se a etapa que as equipes denominam “colocação”. Esse momento de reinserção da criança em um ambiente familiar novo, desta vez, se inicia com a proposição (momento em que se propõe aos pretendentes quem é a criança a ser adotada através de documentos) e preparação da criança para a apresentação da família. Logo, há a apresentação das duas partes, o período de adaptação e finaliza-se com a mudança efetiva da criança ou adolescente para a sua nova casa. Nesse momento se inicia o estágio de convivência – período em que a equipe seguirá acompanhando a família para auxiliar no processo de construção dos vínculos (Nabinger, 2010). Estudos nacionais e internacionais apontam para a complexidade e a importância desses primeiros contatos (Alonso, 2012; Levy, Pinho, & Faria, 2009; Simmel, 2007; Sturgess & Selwyn, 2007). Esse período é denominado por Costa e Rosseti-Ferreira (2007) como a entrada no “limbo”, por se tratar de um momento frágil, de construção de vínculos, no qual todos os envolvidos sabem da possibilidade da devolução da criança à instituição.

A colocação traz consigo a concretização da adoção, normalmente implicando em perdas, lutos e rompimentos. É um momento que simboliza a nova filiação e a desvinculação definitiva da criança da sua família de origem (Nabinger, 2010), a ruptura dos laços de convivência com os colegas e cuidadores da instituição de acolhimento (Vargas, 1998), entre outras perdas de vínculos com pessoas com as quais a nova rotina não possibilitará o contato diário. Concomitantemente às perdas, o período de colocação se caracteriza também pelo início da construção de novos vínculos afetivos e familiares, pois é a partir do que se dará neste momento que a dinâmica familiar começará a ser construída (Alonso, 2012). Quando o filho finalmente chega, ele traz consigo uma “mochila” na qual transporta sua história e seus vínculos anteriores, tão recheada de conteúdo quanto maior for a sua idade (Alonso, 2012).

Tendo em vista a forma como os pais vivenciarão a transição para a parentalidade e como lidarão com essa “bagagem” trazida pela criança, percebe-se ainda que a infertilidade aparece como principal motivação dos casais que buscam adoção. A partir de um banco de dados de 1600 adotantes dos Estados Unidos, Ishizawa e Kubo (2014) verificaram que a adoção foi considerada, de maneira geral, uma segunda opção de parentalidade, já que se deu somente após a impossibilidade da parentalidade biológica. Quando esta foi possível, muitos ainda buscaram características das crianças que visassem a minimizar as diferenças entre adotantes e

adotados, buscando mais adoções domésticas e de crianças brancas do que internacionais e inter-raciais, por exemplo (Ishizawa & Kubo, 2014). Apesar disso, outros estudos também têm demonstrado que a adoção é vista cada vez mais frequentemente como uma opção, e não somente como uma alternativa à infertilidade (Böttger, 2007; Maux & Dutra, 2010; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2009). Atribui-se a esse cenário os novos conceitos de família e de exercício da parentalidade.

Considerando as dificuldades inerentes à vinculação inicial na adoção, conhecer como as famílias passam por esse processo através de um acompanhamento profissional especializado se faz necessário. Há grandes riscos de fracassos na adoção, muitos relacionados à história pregressa da criança, de acordo com a idade da reinserção familiar, do tempo de acolhimento institucional e, principalmente, da forma como os pais lidam com essa história distinta que é trazida pela criança (Selwyn, Wijedasa, & Meakings, 2014). Portanto, refletir sobre as questões relativas aos pais adotivos pode contribuir para se evitarem problemas futuros em relação à adaptação da nova família. Alguns dos problemas mais comuns podem ocorrer justamente durante o período do estágio de convivência ou da adaptação.

Dentre alguns desses problemas comumente relatados pelos pais no período de adaptação, pode-se citar a dificuldade de se estabelecer uma relação de apego seguro com a criança, já que muitas apresentam dificuldades de se vincular novamente e os pais adotivos devem ser, portanto, capazes de facilitar o sucesso da adoção, promovendo estratégias de cuidado que promovam um bom ajustamento e um apego seguro (Roberson, 2006). A ocorrência de depressão pós-adoção que, segundo as autoras, estaria relacionada a expectativas irreais tanto sobre a criança e quanto sobre o desempenho como pais e mães (Foli, South, & Lim, 2012). Outra dificuldade também relatada a literatura seria reconhecer suas próprias capacidades parentais para dar conseguir lidar com as demandas do filho (Goldberg & Smith, 2009). Além disso, falta de manejo com os comportamentos das crianças, principalmente nos casos de adoção tardia (Resmini, 2018; Silva & Benetti, 2015). É possível ainda que ocorram dificuldades em lidar com a história pregressa da criança e a necessidade de manter algum tipo de segredo com a intenção de protege-la (Hartman, 1994).

Ainda, pode-se dizer que o maior receio em relação à adoção seja a dissolução dessa nova família e o fracasso no processo de adoção, o que, no Brasil, ainda é chamado “devolução”. Trata-se de um problema importante por reeditar toda a história de abandono e privação já vivenciada pelas crianças (Ghirardi, 2008). Em revisão da literatura americana sobre o tema, percebe-se que é durante o estágio de convivência em que as dissoluções são mais comuns e/ou mais reportadas pelos estudos (Coakley & Berrick, 2008). Sendo esta mais uma possível justificativa do presente estudo.

A participação em grupos de apoio mostrou-se como um preditor de sucesso nas adoções (Hartinger-Saunders, Trouteaud, & Matos Johnson, 2015). Nesse sentido, pode-se pensar que pais que se mostram dispostos a pedir ajuda possam apresentar melhores condições para sucesso tanto nas adoções quanto em outros contextos de parentalidade (Bowlby, 1989). Essa possibilidade de acionar uma rede de apoio e contar com auxílios no período de transição pode ser uma característica da família. Com isso, será apresentada uma possibilidade de compreensão familiar a partir da perspectiva sistêmica.

O funcionamento familiar a partir da teoria sistêmica

Do ponto de vista de diversos autores sistêmicos, a família pode ser entendida como um sistema de interação, ou seja, um grupo “*constituído por uma ou mais unidades ligadas entre elas, de forma que uma mudança no estado de uma unidade será seguida por uma mudança nas outras unidades*” (Andolfi, 1996). A família também pode ser considerada um sistema aberto, que tem funções e regras que interagem de maneira dinâmica e estão em constante transformação para se adaptarem às exigências das diversas fases do seu ciclo de desenvolvimento. A função primordial da família seria assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros (Minuchin, 1982).

Cada organismo é um sistema e a família é formada por uma ordem dinâmica das partes e processos entre os quais se exercem interações recíprocas. Todos os sistemas têm uma tendência à homeostase e uma capacidade de transformação. São mantidos e se relacionam através de circuitos retroativos: mecanismo de *feedback* em direção à manutenção da homeostase (retroação negativa) ou em direção à mudança (retroação positiva) (Bertalanffy, 1975). Ambos os processos não são nem bons nem ruins, mas necessários à manutenção de um equilíbrio dinâmico no interior do sistema (Andolfi, 1996).

O indivíduo, nesse sentido, pode ser considerado uma entidade biológica e psicológica díspar, cujas reações, no entanto, são influenciadas pela sua própria psicologia e pelas regras que regem a existência de toda a unidade do sistema (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012/1973). Segundo os autores, em uma família, as funções psíquicas de um membro condicionam as funções dos demais membros.

Os modelos de relações que regulam o comportamento dos membros da família são mantidos por dois sistemas de constrições: um deles seriam as regras que mantêm a organização familiar, a presença de uma hierarquia de poder (em que pais e filhos têm diferentes níveis de autoridade) e uma complementaridade de funções, em que os membros do subsistema parental aceitam uma interdependência recíproca, por exemplo. Já o outro seriam as expectativas mútuas

dos vários membros da família, que se formam com os anos de negociações explícitas ou implícitas sobre os acontecimentos do cotidiano (Minuchin, 1982).

Nessa linha, a estruturação das relações, em especial dentro das famílias, seria um mecanismo extremamente complexo e desconhecido em sua totalidade (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012). Para os autores, essa estruturação poderia ser inferida a partir da regularidade e previsibilidade sujeitas a certas leis que são, de alguma forma, reiteradas na família. Nesse sentido, em algumas famílias se transmite pautas através das gerações que podem ser reconhecidas facilmente no trabalho com as famílias, por exemplo, mortes violentas de mulheres por parte dos amantes; vitimização das mulheres; filhas expulsas de casa por casar com alguém de uma religião diferente; incesto; etc. Para os autores, ainda, a saúde e a patologia das famílias sofrem influência das leis que regem as relações, das características psicológicas dos membros e da relação estabelecida entre esses dois aspectos.

Essas leis que regem as relações são chamadas, de acordo com Boszormenyi-Nagy e Sparks (2012), de lealdades invisíveis. Para eles, muitas das regras que governam os sistemas de relações familiares se dão de forma implícita através de um código familiar não dito e inconsciente aos membros. É como se existisse um “manual” não escrito que descreve o funcionamento da família e que orienta o quanto cada indivíduo deve investir na conta transgeracional da família.

Os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis, mas persistentes, que mantêm fragmentos complexos de conduta relacional unidos (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012/1973). Segundo os autores, existe tanto nas famílias quanto em outros sistemas e os membros podem se comportar de maneira leal por coerção externa, por reconhecimento dentro do grupo ou por sentimentos de obrigação conscientes ou inconscientes. Para os autores, também, existe na família uma trama de lealdade interpessoal que cria expectativas e estrutura o funcionamento do grupo, estabelecendo que todos os membros têm um compromisso a partir de um marco de referência baseado em relações de confiança, mérito, comprometimento e ação.

Esses balanços poderiam ir se alterando através das gerações, principalmente em relação a quem iria desempenhar determinado papel. O importante seria compreender quem está unido e o que é lealdade para eles, já que toda pessoa contabiliza sua percepção dos balanços “toma lá dá cá” do passado, presente e futuro (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012/1973).

Ainda inspirado no conceito de lealdades invisíveis, mas com influência de modelos mais cognitivos, Byng-Hall (1985a, 1986) descreveu a existência de padrões familiares chamados *scripts*. O autor se utiliza de uma metáfora do teatro para descrever que cada família constrói, ao longo das gerações, um roteiro que orienta os comportamentos de todos os membros. Para ele, cada integrante da família tem uma “família interior” que ajuda a regular o

que irá se passar na “família exterior”, da mesma maneira que um ator, integrante de um elenco, tem um roteiro que contribui para seu papel em uma peça. Esse roteiro é precisamente repetido em situações semelhantes, bem como a repetição das cenas de acordo com cada roteiro, o que gera um ciclo.

Os *scripts* dizem respeito a um padrão básico de interação, com pequenas variações, que influenciam como cada membro desempenha papéis nos *scripts* dos outros membros (Byng-Hall, 1988). A escolha do “elenco” se daria através de processos inconscientes da família, que são transmitidos a cada nova geração. Apesar de o termo ser usado em outros contextos da Psicologia, na perspectiva de Byng-Hall, é conceituado como um roteiro que existe em cada família e que motiva quais papéis devem ser desempenhados naquele determinado sistema. Além disso, esse conceito traz a ideia de conteúdo e significado que deve ser representado nos padrões interacionais, indo além de apenas analisar os padrões relacionais.

A principal função dos *scripts* para a família seria a de garantir um guia para a ação de seus membros. Com isso, os papéis poderiam ser desempenhados com menos esforço ao sistema e aos membros, sem a necessidade de negociação de cada movimento realizado. Funciona como um “piloto automático” (Byng-Hall, 1995) que permite que a família preserve energia.

Apesar das dificuldades que podem existir a partir desses funcionamentos, é importante ressaltar que o objetivo de todos esses fenômenos é proteger o sistema de ruptura, manter a homeostase e ter algo a transmitir para as gerações seguintes (Spindel, 2015). É um consenso entre os autores citados que as lealdades e os *scripts* familiares têm como principal função transmitir às gerações seguintes uma base segura sobre a qual as famílias possam se constituir e, aí sim, propor ou não mudanças (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012; Byng-Hall, 1985b, 1986, 1988, 1995; Spindel, 2015; Sturniolo, 1996).

Nesse sentido, o ciclo de vida familiar tem sido estudado por diversos autores sistêmicos por permitir compreender mudanças que são esperadas para o momento desenvolvimental em que a família se encontra (Dankoski, 2001; Hanline, 1991; Johnson & Ray, 2016; McGoldrick, Carter, & Garcia Preto, 2011; McGoldrick & Shibusawa, 2016). Essa perspectiva afirma que existem mudanças que são intrínsecas à evolução da família e tendem a acontecer com o passar do tempo, assim como existem mudanças que podem ocorrer de maneira repentina, sem uma possibilidade de preparação por parte dos membros (por exemplo, mortes inesperadas, doenças graves que acometem os membros, desemprego, divórcio).

Cada tipo de tensão no interior (intra-sistêmica: nascimento de um filho, crescimento até a separação, luto, divórcio) ou no exterior (intersistêmica: transferências, modificações do ambiente de trabalho, mudanças profundas no nível dos valores) terá repercussão no sistema

familiar e exigirá um processo de adaptação – transformação constante das interações familiares capazes de manter a continuidade da família e consentir o crescimento dos membros. Por isso, a maioria dos problemas tendem a surgir nos períodos de mudança (Andolfi, 1996). As características de rigidez e flexibilidade, intrínsecas de um sistema, são fundamentais para que a família consiga se ajustar às solicitações internas e externas e contribuem para um desfecho saudável (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012) a partir da mudança. Nesse sentido, casamento e nascimento dos filhos seriam momentos decisivos que gerariam necessidade de adaptação, criando uma tensão contínua que levaria, após, a um novo equilíbrio de expectativas – umas antigas e outras novas (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012).

As demandas do processo de transição para a parentalidade

Como mencionado, uma mudança importante que diz respeito ao ciclo de vida da família é a transição para a parentalidade, independentemente da forma como acontece. Sabe-se que esse período é atravessado por diversos fatores, sempre considerando-se o contexto social em que ocorre (Andrade, Costa, & Rossetti-Ferreira, 2006). Esse processo, que evidencia a passagem para a vida adulta (Pittman, 1994) e a consolidação da nova família (McGoldrick & Shibusawa, 2016b), é bastante complexo e se inicia muito antes da chegada do filho (Brazelton & Cramer, 1992). A parentalidade se construiria no psiquismo como produto da intersubjetividade e da transmissão transgeracional e organizaria o pensamento dos pais frente a si mesmos e ao filho (Solis-Ponton, 2004).

Em uma perspectiva psicodinâmica, autores trazem que a parentalidade é um eterno processo psíquico de construção e reconstrução e de trabalho diário para reconhecer as demandas do “ser pai” e “ser mãe” (Gutton, 2006). O processo de tornar-se pai e mãe é um longo percurso iniciado muito antes da chegada do filho (Golse, 2003; Zornig, 2010). São as fantasias parentais sobre ele, incluindo medos, sonhos, lembranças da própria infância, modelos de pais, que darão as bases necessárias para a construção do senso de *self* do sujeito. No caso dos pais adotivos, a criança deve ser desejada muito antes da sua “concepção”, fazendo com que os candidatos se tornem, antes de mais nada, pais pelo desejo (Dolto, 1999).

Apesar dessa construção se iniciar muito antes da chegada do bebê, é somente após o nascimento que os pais se constituirão enquanto tal, a partir da relação com o filho. Segundo Lebovici (1993) é o bebê que constrói a parentalidade dos pais à medida que vai sendo constituído enquanto sujeito por eles. Para Golse (2003) a história se co-constrói entre as crianças e os adultos como produto das interações precoces. Essas mudanças ocorrem não só em função das projeções e representações parentais sobre o bebê, mas da mudança que a

presença real do bebê provoca nas interações entre ele e seus pais (Zornig, 2012). O bebê, na dinâmica da interação, propõe ao adulto o bebê que ele foi e é, o que resulta em um processo de co-construção que sofre diversas influências (Golse, 2003).

O filho imaginado pode representar para os pais a realização de uma imagem idealizada de si mesmos, dando a oportunidade de realização de seus próprios ideais, o que faz com que o filho nunca seja alguém completamente estranho, já que representa imagens do passado dos pais (Albornoz, 2009). Esses vínculos antigos revividos trariam aos pais a possibilidade de elaboração, fazendo com que o filho desempenhe o papel de curador dos pais e traga o sentimento de realização (Brazelton & Cramer, 1992). Por tudo isso, é importante investigar se essas expectativas não são maiores do que a criança, adotiva ou não, é capaz de carregar.

Todos os pais, adotivos ou biológicos, precisam aprender as demandas que a parentalidade exige (Berthoud, 1998; Dornelles, 2009). Para as autoras, aprender a ser pai e mãe é algo que vai acontecendo com a experiência de vida, com o conhecimento acumulado com o passar do tempo, com aquilo que se observa de outros pais e, principalmente, convivendo e cuidando de um filho. A história do filho é uma construção compartilhada em coautoria com os adultos, mas que se constrói a partir da história relacional dos seus pais (Golse, 2003).

Mesmo sendo perspectivas teóricas diferentes, percebe-se uma relação importante entre os conceitos psicodinâmicos sobre a transição para a parentalidade e os conceitos sistêmicos. Apesar disso, será dada uma ênfase maior aos processos sistêmicos e relacionais desse momento importante do ciclo de vida das famílias.

Para Prado (1996), o nascimento de um filho é considerado um dos momentos cruciais da vida familiar e, ao longo da história, ainda é considerado um mistério, já que a chegada do primeiro filho inaugura uma série de novos papéis e novas formas de relacionamento com a família. Quando os pais decidem ter um filho, automaticamente são criadas expectativas em relação ao filho em função das suas próprias experiências (Sturniolo, 1996). Devido a essas heranças familiares, segundo a autora, quando o filho nasce, os pais ativam seus *scripts* para saber como lidar com as novas demandas geradas pela parentalidade. A parentalidade é aprendida a partir da prática num processo de interação com o filho, tendo como plano de fundo as relações vividas com os pais no passado e as fantasias criadas dentro de cada um a partir dessas relações e das vivências anteriores (Prado, 1996).

O casal, antes apenas marido e mulher, filho e filha, torna-se, agora, pai e mãe, trazendo questões e conflitos importantes como perda de autonomia, mudanças econômicas, prioridade às necessidades do bebê em detrimento das suas (Brotherson, 2016; Scherman & Mullenberg, 2013). O casal também precisa equilibrar as responsabilidades e tarefas domésticas e

financeiras, o que leva a um esforço de tentar encontrar cuidados adequados para a criança (McGoldrick et al., 2011). Essa organização que o casal vai fazer após a chegada dos filhos é marcada pela preocupação com o bem-estar da criança e tem sido tratada pelo conceito de coparentalidade. Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini e Bosa (2005) examinaram o conceito e perceberam que a coparentalidade envolve a ideia de apoio e comprometimento mútuo do casal no exercício da parentalidade, para que possam negociar papéis, responsabilidades e contribuições para a criança. Para os autores, a coparentalidade é muito influenciada pela conjugalidade, visto que os pais precisam ter um bom processo de comunicação para chegarem aos acordos necessários. Para Cowan e Cowan (2016) essa é uma das mudanças mais estressantes da vida e a relação entre o casal afeta diretamente a forma como a família com um todo enfrentará as crises vitais.

Ainda devido à instabilidade do período, autores sistêmicos perceberam que a chegada de um filho pode ocasionar uma exarcebação de conflitos e trazer sintomas para a família. De acordo com Bergman (1996), quanto mais grave é o sintoma, maior é a resistência da família à mudança, já que, segundo ele, essa é a função do sintoma: manter a homeostase. Nesse sentido, compreender a estrutura e o funcionamento das famílias pode ser um fator de proteção para os filhos, e demais membros, na medida em que permite mudanças.

Nesse sentido, Walsh (2016) também enfatiza o período da chegada do primeiro filho com um fator estressante e ressalta a necessidade de se enfatizar os processos de resiliência familiar. Esses possibilitam que o sistema se recupere de momentos difíceis, diminuindo o estresse e o risco de disfunções. Para isso, aponta como essenciais alguns processos-chave para a resiliência familiar, dentre eles, os padrões comunicacionais estabelecidos entre os membros. Para a autora, é fundamental, para forjar soluções em situações de estresse, que os membros sejam capazes de transmitir informações claras, que possam expressar abertamente suas emoções e que possam conjuntamente planejar alternativas de enfrentamento dos problemas. Outro fator importante seria a capacidade de reconhecer outros apoios além do sistema conjugal, na rede externa e na família extensa, principalmente.

Toda a instabilidade dessa transição faz com que este seja um período crítico em que podem ocorrer conflitos conjugais em função das novas responsabilidades, recusa ou incapacidade dos cônjuges de se comportarem como pais dos seus filhos (McGoldrick & Shibusawa, 2016). Nesse sentido, o estudo de Silva e Carneiro (2014) apontou ainda que a chegada do filho pode ser acompanhada de sentimentos contraditórios ou ambivalentes, com uma mistura de extrema alegria, satisfação, orgulho e ódio e desejos de morte. Essa ambivalência deve-se a diversos fatores, como apontado por Belsky (2006): características de cada mãe e pai, com sua história de vida e características psíquicas e de personalidade; ao

momento do ciclo vital em que a concepção ocorre; às condições afetivas da relação entre os pais da criança (tanto entre o casal quanto com as famílias de origem); às condições socioeconômicas que envolvem a família no momento da chegada do bebê; e às características psíquicas e desenvolvimentais da própria criança. Particularmente, estudos recentes têm mostrado a influência da saúde mental dos pais na forma como lidarão com a gestação e a transição para a parentalidade (Delvecchio, Sciandra, Finos, Mazzeschi, & Riso, 2015; Ensink, Berthelot, Bernazzani, Normandin, & Fonagy, 2014).

Nesse mesmo sentido, o estudo de Feinberg et al. (2016), organizado com delineamento de ensaio clínico randomizado, mostrou que casais que participaram de uma intervenção breve focada no tema da transição para a parentalidade, tiveram melhores desfechos do que o grupo de casais do grupo controle. Os autores realizaram uma intervenção em nove sessões, do período final da gestação até os primeiros momentos com a criança. Dez meses após o fim da intervenção, os pais apresentaram indícios de um melhor relacionamento conjugal e com a família, além de melhor ajustamento dos filhos.

Além das consequências para os pais, é importante apontar que um bom ajustamento conjugal nos períodos de crise do ciclo vital pode ter consequências positivas no desenvolvimento da criança. A visão sistêmica da família compreende que o desenvolvimento é resultado de interações dinâmicas entre níveis múltiplos de interação da família e isso é o que irá regular o comportamento da criança. Além disso, esse modelo teórico considera que o desenvolvimento sofre múltiplas influências (Cox & Paley, 2003; Minuchin, 1985). Segundo as autoras, foi a partir de uma compreensão sistêmica da família que se começou a pensar a influência do funcionamento familiar para o desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, conhecer como a família vai enfrentar o processo de transição para a parentalidade parece fundamental. Ainda, pensando nas peculiaridades que se observam nos processos de adoção, entende-se que essa possibilidade de parentalidade ainda pode ser um dificultador, como será descrito na seção a seguir.

Adoção e parentalidade adotiva

Em relação especificamente à parentalidade adotiva, o modo como os vínculos irão se estabelecer é uma questão complexa, que envolve diferentes fatores (Paiva, 2004). Sendo o papel parental uma construção, como já abordado, percebem-se diversas semelhanças entre o que se espera de pais biológicos e adotivos nesse momento de transição (Ceballo, Lansford, Abbey, & Stewart, 2004). Primeiramente, cabe destacar que toda filiação, biológica ou não, é uma adoção, já que a criança só será considerada como filho se for emocionalmente adotada

pelos pais (Miranda & Cohen, 2012); o sentimento de pertencimento à família é fundamental para a consolidação dos vínculos afetivos (Hamad, 2002; Nabinger, 1997).

A literatura específica sobre a parentalidade adotiva traz dados semelhantes aos estudos com famílias biológicas. Hartman (1994) aponta que a saúde mental dos pais adotivos pode favorecer a construção de vínculos saudáveis e da história de vida do adotado. Para McGoldrick, Gerson e Petry (2012), o filho adotivo pode ser visto como estranho e depositário dos conflitos. Quando a adoção é feita logo ao nascer, fica favorecido o estabelecimento de um bom apego e de vínculos pais-bebês adequados. Quanto mais tardia porém, mais podem complexificar-se esses laços, devido aos precoces descuidos e abandonos que esses bebês podem ter vivenciado e que marcam seu desenvolvimento de modo indelével (Juffer, van IJzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2008). Esses possíveis danos podem ser evidenciados, ainda, quando a adoção acontece em meio a alguma dificuldade em função do perfil da criança, como nos casos das adoções inter-raciais ou de crianças com deficiência, por exemplo (Keck & Kupecky, 2014).

A respeito dos efeitos da adoção na vida das crianças, estudos têm demonstrado que crianças adotadas tem um melhor prognóstico desenvolvimental quando comparadas às crianças que permaneceram em instituições de acolhimento. Os estudos de autores clássicos do desenvolvimento infantil (van IJzendoorn, Juffer, & Poelhuis, 2005; Van IJzendoorn, & Juffer 2005) mostraram que a adoção exerceu impacto positivo sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças adotadas (Juffer, Bakermans-Kranenburg, & van IJzendoorn, 2005; van IJzendoorn et al., 2005). Em uma metanálise realizada pelos mesmos autores no ano de 2006, eles concluem, a partir de 270 estudos com crianças adotadas e não adotadas, que a adoção pode se constituir como uma intervenção eficaz, que leva a um salto importante no desenvolvimento físico e cognitivo dos adotados (van IJzendoorn & Juffer, 2006). Estudos mais recentes corroboram esses dados (Selwyn et al., 2014; Tarren-Sweeney, 2016).

Assim como as relações familiares, o funcionamento e a estrutura de cada família podem influenciar esse processo de transição e a forma como os pais irão vivenciar a parentalidade, bem como as crenças sobre adoção na família. Nesse sentido também, compreender a forma como a temática da adoção aparece nas gerações familiares pode ser importante para o trabalho com pais adotivos. A chegada do primeiro filho também inaugura os papéis de avós, de tios, primos e nessa transição acontecem intensas mudanças. Nessas relações, despertam-se sentimentos e acirram-se outros preexistentes (Prado, 1996). O autor ainda afirma que quanto melhores as relações entre a família, mais apoio os novos pais poderão receber porque os novos pais também precisam de maternagem e de bases para estabelecer a função parental. Nesse sentido, é fundamental que possam contar com o apoio da família extensa, dos amigos, e, se necessário, de terapeutas. Essa necessidade de aproximação com a família de origem e a

manutenção de uma distância emocional saudável pode ser um complicador dependendo dos padrões transgeracionais de cada família, já que nem sempre essas relações de distância e proximidade são claras e tranquilas para os membros da família (Byng-Hall, 1985b). Em função disso, parece ser importante compreender os padrões repetidos nas gerações familiares (Boszormenyi-Nagy & Spark, 2012; Byng-Hall, 1985a; McGoldrick et al., 2012).

Em um estudo mais recente, Bueno (2014) evidenciou que em famílias em que o funcionamento se dava com um padrão de interação harmônico, os pais adotivos mostravam-se mais envolvidos com as demandas do filho. Farr e Patterson (2013) também mostraram que relações harmônicas entre os casais estudados se mostrou um fator de proteção para as relações estabelecidas com os adotados. Ainda, parece importante conhecer o impacto das mudanças traumáticas no funcionamento familiar, dos recursos e das vulnerabilidades de cada família por ser um indicador importante de flexibilidade do sistema (Walsh, 2006).

No caso da adoção, estar preparado para as funções parentais implica construir um lugar para a criança que seja adequado e que favoreça os cuidados que ela necessita, já que o adotado vai necessitar de um esforço maior e mais especial em função do momento em que aconteceu adoção, das experiências que viveu, da sensação de vazio experimentada pelo adotado em função do abandono (Chaves, 2010; Dolto & Hamad, 1998; Hamad, 2002, 2010; Levinzon, 2006; Nabinger, 1997). A demanda aos pais é fazer um ninho para a criança, independentemente da idade que possua porque o sentimento de proteção e aconchego é o que determina o lugar do bebê para que seja atendido da melhor forma possível (Prado, 2006). Quando os pais não estão inteiramente preparados, isso pode aparecer na forma de um sentimento de não ter lugar para ele.

Dessa forma, percebe-se a relevância do trabalho com famílias adotivas a partir da perspectiva sistêmica. Entender o funcionamento familiar e explicitar os desafios existentes na parentalidade adotiva pode ter efeitos terapêuticos na saúde mental dos pais. Com isso, tem potencial de aumentar os índices de sucesso das adoções e evitar problemas futuros em relação à adaptação da nova família e contribuir para possíveis intervenções nesse contexto.

Justificativa e Objetivos

Em revisão da literatura nacional, Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015) apontaram a importância de um acompanhamento dos pretendentes à adoção, em forma de grupos de apoio e cursos de preparação. Estudos prévios também têm mostrado que trabalhos voltados ao período de transição para a parentalidade podem ser positivos para a adaptação ao filho e para o desenvolvimento da criança (Bakermans-Kranenburg, van IJzendoorn, & Juffer,

2003; Frizzo, Prado, Linares, & Piccinini, 2011; Juffer et al., 2008; Landry, Smith, Swank, & Guttentag, 2008; McNeil & Hembree-Kigin, 2010; Prado et al., 2009; Schwengber, Prado, & Piccinini, 2009).

Para que se possa intervir efetivamente no contexto pós-adoção, compreender de que forma os pais passam pelo processo de transição para a parentalidade se faz essencial. Explicitar os desafios existentes na parentalidade adotiva pode ajudar a aumentos os índices de sucesso das adoções e evitar problemas futuros em relação à adaptação da nova família. Conhecer as relações que se estabelecem nas famílias adotivas pode dar subsídios para prevenir problemas na adaptação. Por fim, ressalta-se que existem trabalhos sobre a transição para a parentalidade adotiva na perspectiva sistêmica no contexto internacional, mas a literatura brasileira ainda é pouco profícua.

Tendo isso em vista, o objetivo desta tese foi compreender como os pais constroem a parentalidade no contexto da adoção. Para isso, a tese foi composta de dois estudos distintos O primeiro foi uma revisão sistemática realizada nos meses de outubro a dezembro de 2015 a respeito dos fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva intitulado: “Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática”. O segundo estudo foi intitulado “A construção da parentalidade em famílias por adoção: em estudo longitudinal sobre a constituição dos vínculos”, que consistiu em um estudo longitudinal e qualitativo, a fim de investigar em profundidade o processo de construção da parentalidade por adoção, desde a chegada da criança na família e seis meses após esse período, a partir da teoria sistêmica. Os casos apresentados nesse estudo estão descritos mais detalhadamente no Anexo A.

Capítulo II: ESTUDO I

Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática

Capítulo III: ESTUDO II

A construção da parentalidade em famílias por adoção: um estudo longitudinal sobre a constituição dos vínculos

Capítulo IV: DISCUSSÃO

Esta tese teve como objetivo compreender como se dá o processo de construção da parentalidade por adoção a partir de uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional e de um estudo qualitativo longitudinal. O primeiro estudo investigou os fatores que podem influenciar a transição para parentalidade no contexto da adoção, revisando artigos científicos publicados em periódicos indexados entre 2005 e 2015. Os artigos selecionados permitiram a criação de um modelo teórico acerca do tema. De acordo com o modelo, a transição para a parentalidade adotiva sofreria repercussões de questões relativas à homoparentalidade, por características dos adotantes e das crianças ou adolescentes adotados, pela relação estabelecida com os serviços de adoção e pela incidência ou não de sintomas depressivos maternos no período pós-adoção.

Essa revisão sistemática concluiu que os estudos da última década têm abordado apenas uma pequena parcela dos temas envolvidos na parentalidade adotiva, bem como não têm considerado a inclusão de uma maior diversidade de grupos de participantes. Ainda, a respeito das metodologias e delineamentos utilizados, percebeu-se que, apesar de boa parte dos estudos explorarem dados qualitativos, a maioria se caracteriza por serem recortes transversais do processo de adoção.

Ainda a partir dos resultados dessa revisão, foi possível elaborar um projeto maior, que abarcou o processo de tornar-se pais e mães por adoção a partir em dois momentos. O segundo estudo desta tese, portanto, teve como objetivo suprir uma lacuna da literatura, propondo um delineamento longitudinal, a fim de investigar diferentes etapas do processo de transição para a parentalidade e adaptação ao filho adotivo.

Nesse sentido, o segundo estudo teve como objetivo compreender o processo de transição para a parentalidade por adoção, da colocação da criança na família e seis meses após esse período, a partir da teoria sistêmica. Percebeu-se que tornar-se pai e mãe é um processo que se inicia antes da chegada da criança, desde antes do projeto adotivo e que vai sendo vivenciado no contato com o filho. A análise realizada levou em consideração a importância do tempo para a constituição e adaptação familiar, conforme já preconizado por McGoldrick e Shibusawa (2016). Ainda, enfatiza-se que a parentalidade é uma construção que se inicia muito antes da chegada real do filho. Porém, como proposto por Lebovici (1993), é o filho que constrói a parentalidade dos pais, à medida que vai sendo constituído enquanto sujeito por eles. Os pais precisam da presença da criança, já que é ela que vai auxiliar na construção da história parental a partir das primeiras relações (Golse, 2003).

De maneira geral, acredita-se na contribuição desta tese como uma possibilidade de trazer à academia um tema que ainda é pouco apresentado em estudos científicos nacionais. A partir dos achados do Estudo I, percebeu-se uma tendência de boa parte dos estudos atuais em enfocar temáticas relacionadas à homoparentalidade. Sabe-se que esse é um tema atual e que ainda suscita dúvidas nos profissionais que trabalham diretamente com gays e lésbicas que buscam a adoção. Porém, a literatura atual tem negligenciado outras formas de parentalidade e a influência da infertilidade na construção do que é ser pai e ser mãe por adoção (Park e Hill, 2013; Santos et al., 2011; Uziel, 2000).

Outra questão que pode ser discutida a respeito dos estudos encontrados especificamente no Estudo I é em relação aos participantes que compuseram as pesquisas. De maneira geral, os participantes pertenciam a uma classe econômica privilegiada, tinham níveis altos de escolaridade e não se valorizou nas análises a questão da raça, sendo a maioria dos participantes, em todos os estudos, brancos. Com isso, pode-se pensar que os dados que estão disponíveis a respeito do tema não podem ser generalizados, já que não levam em consideração uma multiplicidade sócio-econômica-cultural. Ainda, o fato de boa parte dos estudos serem provenientes dos EUA, que possui um sistema de adoção diferenciado de outros países, faz com que os dados apresentem esse viés.

A partir disso, sentiu-se a necessidade de compreender de maneira mais aprofundada como a parentalidade é construída por famílias no contexto brasileiro que buscam a adoção. No Estudo II, a partir de uma análise de quatro casos de casais heterossexuais que buscaram a adoção devido a questões de infertilidade, foi possível enfatizar que o período de transição para a parentalidade demanda uma reorganização do casal que iniciou antes da chegada dos filhos. Como foi apresentado, o projeto adotivo para os casos estudados se iniciou desde o enfrentamento conjunto da infertilidade (Silva, Sonogo, Lopes, & Frizzo, 2018), a partir de um processo de resiliência familiar (Walsh, 2016). Para Walsh (2016), esse potencial para o crescimento pessoal e relacional pode ser forjado a partir das adversidades, como foi encontrado no Estudo II. Nesse contexto, a infertilidade, sendo um desafio adicional aos casais e um fator negativo para o bem-estar e a relação conjugal (Luk & Loke, 2015; Silva, Sonogo, Lopes, & Frizzo, no prelo), foi fundamental para os casais do presente estudo se constituírem enquanto pais e mãe, estabelecerem um projeto adotivo conjunto e conseguirem se organizar em função das demandas dos filhos.

O processo de coparentalidade alcançado por esses casais levou a uma maior maturidade no relacionamento e a um bom enfrentamento desse período de transição (Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini, & Bosa, 2005; Frizzo, Silva, Piccinini, & Lopes, 2011). Os casais conseguiram construir um *script* conjunto a respeito do filho que esperavam (Byng-Hall, 1995)

e isso contribuiu para uma boa adaptação após a chegada da criança e fez com que eles conseguissem continuar se apoiando em um relacionamento longo, após o enfrentamento de adversidades. Nesse sentido, o conceito de família atribuído pelas famílias adotivas pode ajudar a compreender as expectativas que nutriam a respeito do filho e da parentalidade e pode dar indícios de como vai se dar a adaptação à criança (Suter, Baxter, Seurer, & Thomas, 2014).

No Estudo II também se percebeu que houve um crescimento relacional, como descrito por Walsh (2016). Para a autora, o crescimento da relação familiar é observado após situações de adversidade importantes e se configura como um processo de resiliência. As estratégias para o manejo dos filhos, descritas como coparentalidade, são um indício desse crescimento que foi observado nos casais estudados. Segundo eles, houve mais facilidade do que o esperado nos arranjos com as crianças, o que também foi relatado por Resmini (2018) nos casos de adoção tardia. Pensa-se, com isso, que esse crescimento trouxe um processo de amadurecimento tanto da relação quanto do projeto adotivo.

Uma boa comunicação conjugal também pareceu ter influenciado de maneira positiva o processo de construção da parentalidade. Como proposto por Walsh (2016), os casais que conseguiram desenvolver uma comunicação mais efetiva pareceram se ajustar mais facilmente às demandas da criança e da transição em si. A comunicação conjugal também foi fundamental para a coparentalidade (divisão de tarefas, apoio nos cuidados com os filhos), corroborando outros estudos investigados. Bueno (2014) e Farr e Patterson (2013) evidenciaram que em famílias em que o funcionamento se dava com um padrão de interação harmônico, os pais adotivos mostravam-se mais envolvidos com as demandas do filho. Já onde há dificuldade de comunicação entre o casal, a parentalidade pareceu ser prejudicada (Frizzo, et al., 2011).

Nesse sentido, a presente tese pode servir como fundamento importante para o planejamento de intervenções e programas de acompanhamento pós adoção. Poder facilitar a comunicação conjugal, auxiliando os casais a planejarem como farão os cuidados com os filhos e como vão manter o cuidado com a relação, pode ter efeitos muito positivos para a parentalidade de maneira geral. Como proposto por Feinberg (2016), intervenções focadas na transição para a parentalidade trazem melhores resultados nas medidas de coparentalidade, saúde mental dos pais, ajustamento da criança e nos níveis de violência familiar.

Pensar em propostas de intervenção com os casais ainda antes do período parental, como uma preparação para receber os filhos, pode evitar fracassos na adaptação à criança. Nos casais acompanhados, pensar e refletir sobre a relação, além de ter um bom padrão de comunicação e resolução de conflitos, foram questões importantes para poderem se tornar pais e mães das crianças que receberam. Essas questões fazem parte dos processos de coparentalidade, mas só

são possíveis em função da conjugalidade estabelecida até aquele momento (Augustin & Frizzo, 2015).

A influência da família extensa e dos modelos parentais apareceu de forma mais presentes nas práticas educativas adotadas pelos casais. Foi possível identificar modelos que seguiam e que evitavam com seus filhos, demarcando bem claramente *scripts* corretivos e replicativos (Byng-Hall, 1995). Ao contrário do esperado, esses casais não pareceram tão influenciados pela família extensa quanto os dados trazidos por Tasker e Woods (2016). Pode-se pensar nas diferenças culturais existentes entre a população brasileira, especificamente de Porto Alegre, e a cultura britânica, contexto das autoras. Também, a idade dos participantes e o tempo de união dos casais pode ser uma diferença marcante. Os casais que compuseram o Estudo II são mais velhos e têm mais tempo de união que os casais estudados por Tasker e Woods. O tempo pode ser importante em função do processo de amadurecimento individual e relacional, como apontado anteriormente.

Com isso, os presentes achados parecem ir mais ao encontro do estudo de Calvo, Vincenzo, Palmieri, e Arianna (2015). Segundo os autores, pais que estão buscando a adoção relatam mais características positivas sobre seus próprios pais, padrão de apego mais seguro (baixos níveis de ansiedade e evitação) e maiores níveis de ajustamento conjugal (ajustamento diádico, consenso, coesão e expressão afetiva) do que os casais que esperam filhos biológicos. Para os autores, essas percepções mais positivas dos pretendentes à adoção podem se relacionar com as possibilidades de terem estabelecido estratégias mais efetivas de cuidado durante a idade adulta. Pode-se pensar que isso se dá até mesmo em função do enfrentamento de adversidades como a infertilidade e o próprio processo de habilitação e preparação para adoção pelos quais esses casais passaram.

De maneira geral, os casos que compuseram o Estudo II foram muito homogêneos, mas percebeu-se uma maior diferença na família A, em que o casal parecia menos conectado entre si e com as questões conjugais mais abaladas no momento da chegada da filha. Apesar disso, percebeu-se uma capacidade de exercer a parentalidade positivamente. Esse achado, especificamente, reforça a ideia de que nas avaliações pré-adoção deve-se buscar candidatos com as capacidades mínimas necessárias, como a construção de um projeto adotivo conjunto, enfrentamento da infertilidade, boa comunicação conjugal e acordos para divisão de tarefas, como os dados encontrados no Estudo II.

Assim como as crianças disponíveis para adoção por vezes estão distantes da criança idealizada pelos pais, esses pais também precisam ser vistos não como pessoas perfeitas, mas como pais possíveis. Dentro dessa ideia, pode-se pensar no questionamento atual que se faz ao “mito da maternidade”. Autores têm questionado a ideia de que as mulheres são universalmente

presentes, cuidadoras e afetivas, além de carregar um desejo inato pela maternidade (Liss, Schiffrin, & Rizzo, 2012; Rotkirch & Janhunen, 2010). Essa ideia vem sendo questionada, visto que a pressão exercida sobre as mães – que aqui se amplia para o casal adotante – é um dos principais fatores que leva a sintomas depressivos e um sentimento de culpa em relação à maternidade. Com isso, enfatiza-se a necessidade de se relativizarem as ideias que os profissionais do judiciário têm dos pais adotivos. Uma boa parentalidade pode ser construída a partir do vínculo estabelecido com o filho. Mesmo que com algumas dificuldades, os casais podem encontrar, a partir do seu próprio funcionamento, boas estratégias coparentais.

Nesse sentido, ressalta-se o que já vem sendo abordado pela literatura, que a construção de bons vínculos entre os profissionais e as famílias é fator fundamental para favorecer o sucesso da adoção. Já no processo de habilitação para adoção, se os adotantes se sentirem confortados na presença dos profissionais, estarão mais disponíveis para explicitar e enfrentar aspirações, medos, fantasias e preconceitos, compreendendo que estão em um espaço que pode auxiliá-los a amadurecer seus pensamentos (D'Andrea, 2002). Esse contato poderia ser benéfico também para que reflitam a respeito das dificuldades que estão enfrentando e busquem o auxílio necessário (Levinzon, 2014).

Ainda, mais do que um investimento nas avaliações pré-adoção, poder prover às famílias um acompanhamento efetivo pós-adoção pode contribuir para um bom processo de transição, para a construção da parentalidade e para um bom ajustamento da família ao filho. Ainda, pode vir a facilitar as potencialidades dessas famílias em um período tão sensível do ciclo de vida familiar. Com isso, estudos futuros como o previsto no projeto maior supracitado (Frizzo et al., 2016), que visem a elaborar novas formas de psicoterapia com casais adotantes, são boas perspectivas futuras de pesquisa nesse contexto.

Capítulo V: CONCLUSÃO

A presente tese teve como objetivo compreender o processo de construção da parentalidade por adoção e refletir sobre ele a partir da teoria sistêmica. Foi composta por dois estudos que se complementaram e puderam trazer contribuições principalmente para o cenário nacional, em que a adoção ainda está distante do conhecimento acadêmico.

Como limitações, acredita-se que um estudo de delineamento misto teria sido importante para associar os achados em profundidade do Estudo II com dados do contexto nacional mais abrangentes, como foi objetivo do projeto de tese apresentado. Em função da complexidade envolvida no processo de escrita de um estudo longitudinal, de acompanhamento dos casos por um período de tempo maior e pela imersão necessária na análise desses dados, o estudo quantitativo proposto será um trabalho posterior à tese.

Apesar disso, percebe-se uma potencialidade importante dos dois estudos que foi o uso de análises qualitativas robustas com o auxílio do software NVivo 11 (“NVivo Qualitative Data Analysis Software (Version 11),” 2015), que auxiliou a pesquisadora na criação de dois modelos gráficos para a ilustração do processo de transição para a parentalidade. No primeiro estudo, o modelo evidenciou a tendência da literatura internacional, ao considerar os fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva. No Estudo II, a partir do acompanhamento longitudinal de famílias por adoção, foi possível construir um modelo que considerou as questões que permearam a construção da parentalidade, tomada então como um processo que se construiu desde antes da chegada da criança e que ainda seguia em transformação. Além disso, o segundo estudo trouxe uma contribuição metodológica importante, por ter sido realizado de maneira congruente com a formação da pesquisadora. Como terapeuta de casal e família, foi possível realizar entrevistas conjuntas com os casais, que permitiram uma construção também do sentido conjunto que eles atribuem à parentalidade por adoção.

Outrossim, a participação da pesquisadora em todos os estudos do projeto maior do qual esta tese é parte (Frizzo et al., 2016) permitiu uma compreensão mais abrangente do tornar-se pai e mãe por adoção em suas diferentes etapas e em uma perspectiva também nacional e quantitativa. Além disso, os outros estudos derivados desse projeto que já foram apresentados (Resmini, 2018; Schwochow, 2018) puderam contribuir para esta trajetória, adicionando novas evidências que auxiliaram a pensar a adoção em suas diferentes etapas. Conclui-se enfatizando que a possibilidade de um acompanhamento longitudinal permitiu a compreensão do processo de construção da parentalidade através da formação dos vínculos entre as famílias por adoção.

Além disso, as novas perspectivas metodológicas utilizadas demarcam a contribuição maior desta tese.

REFERÊNCIAS

- Albornoz, A. C. G. (2009). Fantasmas no berço e o psiquismo do bebê. *Barbarói*, 0(0), 155–163. Retrieved from <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/735>
- Alonso, E. (2012). Proceso de construcción de una familia adoptiva: Relato de dos familias. *Papers Infancia_c*, 12, 1–26. Retrieved from http://www.infanciacontemporanea.com/documentos/papers/papers_Infancia_c_alonso2012.pdf
- Andolfi, M. (1996). *A terapia familiar: um enfoque interacional*. Campinas: Workshopsy.
- Andrade, R. P. de, Costa, N. R. do A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16(34), 241–252. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200012>
- Augustin, D., & Frizzo, G. B. (2015). A Coparentalidade ao Longo do Desenvolvimento dos Filhos : Estabilidade e Mudança no 1º e 6º Ano de Vida. *Interação Psicológica*, 19(1), 13–24.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., van IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2003). Less is more: Meta-analyses of sensitivity and attachment interventions in early childhood. *Psychological Bulletin*, 129(2), 195–215. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.2.195>
- Belsky, J. (2006). Early child care and early child development: Major findings of the NICHD study of early child care. *European Journal of Developmental Psychology*, 3(1), 95–110. <https://doi.org/10.1080/17405620600557755>
- Bergman, J. S. (1996). *Pescando barracudas: a pragmática da terapia sistêmica breve*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bertalanffy, L. Von. (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- Berthoud, C. M. E. (1998). Formando e rompendo vínculos: a grande aventura da vida. In *Ensaio sobre formação e rompimento dos vínculos afetivos* (2ª, pp. 15–46). Taubaté: Cabral Editora Universitária.

- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. M. (2012). *Lealtades invisibles: reciprocidad en terapia familiar intergeneracional*. Buenos Aires: Amorrortu.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1093/sw/21.1.80>
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brazelton, T. B., & Cramer, B. G. (1992). *As primeiras relações*. (M.B. Cipolla, Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- Brotherson, S. (2016). *Key Couple Transition Issues in Becoming Parents*. NDSU: Extension Service.
- Bueno, R. K. (2014). Relações entre envolvimento paterno com filhos adotivos e estrutura familiar, 200.
- Byng-Hall, J. (1985a). The family script: a useful bridge between theory and practice. *Journal of Family Therapy*, 7(3), 301–305. <https://doi.org/10.1046/j..1985.00688.x>
- Byng-Hall, J. (1985b). The family script: a useful bridge between theory and practice. *Journal of Child Psychotherapy*, 7(3), 301–305. <https://doi.org/org/10.1080/00754178608254780>
- Byng-Hall, J. (1986). Family Scripts: A concept which can bridge child psychotherapy and family therapy thinking. *Journal of Child Psychotherapy*, 12, 3–13.
<https://doi.org/org/10.1080/00754178608254780>
- Byng-Hall, J. (1988). Scripts and Legends in Families and Family Therapy. *Family Process*, 27(2), 167–179. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1988.00167.x>
- Byng-Hall, J. (1995). *Rewriting family scripts : improvisation and systems change*. New York: Guilford Press. Retrieved from https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kJREcL4bz_UC&oi=fnd&pg=PA1&dq=family+scripts&ots=RS2ZbpiCpt&sig=X3FCrLvMaAGOlAcFCy10slxPaHo#v=onepage&q=family+scripts&f=false
- Calvo, V., Palmieri, A., Codamo, A., Scampoli, M. R., & Bianco, F. (2015). Perceptions of parental bonding, adult attachment, and marital adjustment in prospective adoptive

- parents. An empirical study in the pre-adoptive period. *Sexual and Relationship Therapy*, 30(4), 419–432. <https://doi.org/10.1080/14681994.2014.1001355>
- Ceballo, R., Lansford, J. E., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2004). Gaining a child: Comparing the experiences of biological parents, adoptive parents, and stepparents. *Family Relations*, 53(1), 38–48. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2004.00007.x>
- Chaves, V. P. (2010). Algumas informações sobre adoção no Brasil. In A. Hilgemann (Ed.) (pp. 127–137). Porto Alegre: Editora Rígel.
- Coakley, J. F., & Berrick, J. D. (2008). Research review: In a rush to permanency: Preventing adoption disruption. *Child and Family Social Work*, 13(1), 101–112. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00468.x>
- Costa, N. R. do A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425–434. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300010>
- Cowan, P. A., & Cowan, C. P. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos filhos. In Froma (Ed.), *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade* (pp. 428–451). Porto Alegre: Artmed.
- Cox, M. J., & Paley, B. (2003). Understanding Families as Systems. *Current Directions in Psychological Science*, 12(5), 193–196. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.01259>
- D’Andrea, A. (2002). O casal adotante. In M. Andolfi (Ed.), L. Kahl & G. Menegoz (Trans.) (pp. 233–248). Porto Alegre: Artmed.
- Dankoski, M. E. (2001). Pulling on the heart strings: an emotionally focused approach to family life cycle transitions. *Journal of Marital and Family Therapy*, 27(2), 177–187. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2001.tb01155.x>
- Decreto Lei no 8.069/90 de 13 de julho do Ministério da Casa Civil (1990). Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Delvecchio, E., Sciandra, A., Finos, L., Mazzeschi, C., & Riso, D. Di. (2015). The role of co-

- parenting alliance as a mediator between trait anxiety, family system maladjustment, and parenting stress in a sample of non-clinical Italian parents. *Frontiers in Psychology*, 6, 1177. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01177>
- Dolto, F., & Hamad, N. (1998). *Destinos de crianças: adoção, famílias, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dornelles, L. M. N. (2009). *Tornar-se pai e mãe no contexto da reprodução assistida*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Ensink, K., Berthelot, N., Bernazzani, O., Normandin, L., & Fonagy, P. (2014). Another step closer to measuring the ghosts in the nursery: Preliminary validation of the trauma reflective functioning scale. *Frontiers in Psychology*, 5(DEC), 1–12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.01471>
- Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2013a). Coparenting among lesbian, gay, and heterosexual couples: associations with adopted children's outcomes. *Child Development*, 84(4), 1226–1240. <https://doi.org/10.1111/cdev.12046>
- Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2013b). Lesbian and Gay Adoptive Parents and Their Children. In A. E. Goldberg & K. R. Allen (Eds.) (pp. 39–55). Springer New York. Retrieved from http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4614-4556-2_3
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Hostetler, M. L., Roettger, M. E., Paul, I. M., & Ehrenthal, D. B. (2016a). Couple-Focused Prevention at the Transition to Parenthood, a Randomized Trial: Effects on Coparenting, Parenting, Family Violence, and Parent and Child Adjustment. *Prevention Science*, 17(6), 751–764. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0674-z>
- Feinberg, M. E., Jones, D. E., Hostetler, M. L., Roettger, M. E., Paul, I. M., & Ehrenthal, D. B. (2016b). Couple-Focused Prevention at the Transition to Parenthood, a Randomized Trial: Effects on Coparenting, Parenting, Family Violence, and Parent and Child Adjustment. *Prevention Science*, 17(6), 751–764. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0674-z>

0674-z

- Foli, K. J., South, S. C., & Lim, E. (2012). Maternal postadoption depression: theory refinement through qualitative content analysis. *Journal of Research in Nursing, 19*(4), 303–327. <https://doi.org/10.1177/1744987112452183>
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005a). O conceito de coparentalidade e suas implicações. *Rev Bras Cresc Desenv Hum, 15*(3), 84–94. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19774>
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005b). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 15*(3), 84–93. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12822005000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Frizzo, G. B., Prado, L. C., Linares, J. L., & Piccinini, C. A. (2011). Depression relational aspects: the concept of “face-saving” in two clinical cases. *Psicologia Clínica, 23*(1), 133–155. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000100009>
- Frizzo, G. B., Silva, I. M. da, Piccinini, C. A., & Lopes, R. de C. S. (2011). Comunicação conjugal durante a transição para parentalidade no contexto de depressão pós-parto. *Psicologia, 25*(2), 39–60. Retrieved from http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492011000200003
- Frizzo, G. B., Silva, P. S. da, Resmini, G. de F., Schwochow, M. S., Leão, L. C. da S., Levandowski, D. C., ... Chaves, V. P. (2016). Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção. Porto Alegre.
- Ghirardi, M. L. de A. M. (2008). A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: reedição de histórias de abandono. In *II Seminário de Pesquisa do*

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.
USP.

- Goldberg, A. E., & Smith, J. Z. (2009). Perceived parenting skill across the transition to adoptive parenthood among lesbian, gay, and heterosexual couples. *Journal of Family Psychology, 23*(6), 861–870. <https://doi.org/10.1037/a0017009>
- Golse, B. (2003). Transmitir a transmissão: Um ponto em comum entre as diferentes terapias conjuntas pais-criança (pp. 59–75). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gutton, P. (2006). Parentalité. *Adolescence, 55*(1), 9–32.
<https://doi.org/10.3917/ado.055.0009>
- Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Hamad, N. (2010). *Adoção e parentalidade: questões atuais*. Porto Alegre: CMC.
- Hanline, M. (1991). Transitions and Critical Events in the Family Life Cycle: Implications for Providing Support to Families of Children With Disabilities. *Psychology in the Schools, 28*(1), 53–59.
- Hartinger-Saunders, R. M., Trouteaud, A., & Matos Johnson, J. (2015). Post Adoption Service Need and Use as Predictors of Adoption Dissolution: Findings From the 2012 National Adoptive Families Study. *Adoption Quarterly, 18*(4), 255–272.
<https://doi.org/10.1080/10926755.2014.895469>
- Hartman, A. (1994). Segredos na adoção. In E. Imber-Black (Ed.), *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 94–112). Porto Alegre: Artes Médicas.
- IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2005). Adoption Is a Successful Natural Intervention Enhancing Adopted Children's IQ and School Performance. *Current Directions in Psychological Science, 14*(6), 326–330. <https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2005.00391.x>
- Ishizawa, H., & Kubo, K. (2014). Factors Affecting Adoption Decisions: Child and Parental Characteristics. *Journal of Family Issues, 35*(5), 627–653.

<https://doi.org/10.1177/0192513X13514408>

Johnson, B. E., & Ray, W. A. (2016). Family Systems Theory. In *Encyclopedia of Family Studies* (pp. 1–5). Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc.

<https://doi.org/10.1002/9781119085621.wbefs130>

Juffer, F., Bakermans-Kranenburg, M. J., & van IJzendoorn, M. H. (2005). The importance of parenting in the development of disorganized attachment: evidence from a preventive intervention study in adoptive families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, *46*(3), 263–274. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00353.x>

Juffer, F., van IJzendoorn, M. H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2008). Supporting adoptive families with video-feedback intervention. In F. Juffer, M. J. Bakermans-Kranenburg, & M. H. van IJzendoorn (Eds.), *Promoting positive parenting: an attachment-based intervention* (pp. 139–154). London: Taylor & Francis Group.

Keck, G. C., & Kupecky, R. M. (2014). *Adopting the hurt child : hope for families with special-needs kids*. Retrieved from [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Wyn0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=how+to+receive+an+adopted+child&ots=DoGSmTNNJe&sig=XYtJ1saTa33faz4DJt0r1bN-mMU#v=onepage&q=how to receive an adopted child&f=true](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Wyn0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&dq=how+to+receive+an+adopted+child&ots=DoGSmTNNJe&sig=XYtJ1saTa33faz4DJt0r1bN-mMU#v=onepage&q=how+to+receive+an+adopted+child&f=true)

Landry, S. H., Smith, K. E., Swank, P. R., & Guttentag, C. (2008). A responsive parenting intervention: The optimal timing across early childhood for impacting maternal behaviors and child outcomes. *Developmental Psychology*, *44*(5), 1335–1353.

<https://doi.org/10.1037/a0013030>

Lebovici, S. (1993). On intergenerational transmission: From filiation to affiliation. *Infant Mental Health Journal*, *14*(4), 260–272. [https://doi.org/10.1002/1097-0355\(199324\)14:4<260::AID-IMHJ2280140402>3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/1097-0355(199324)14:4<260::AID-IMHJ2280140402>3.0.CO;2-Z)

Levinzon, G. K. (2006). Adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças-Psicologia Da Saúde*, *14*(1), 24–31.

- Levinzon, G. K. (2014). *Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levy, L., Pinho, P. G. R., & Faria, M. M. de. (2009, April 15). “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças. *Psico*. Retrieved from <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3730>
- Liss, M., Schiffrin, H. H., & Rizzo, K. M. (2012). Maternal Guilt and Shame : The Role of Self-discrepancy and Fear of Negative Evaluation. *Journal of Child and Family Studies*, 22(08), 1112–1119. <https://doi.org/10.1007/s10826-012-9673-2>
- Luiz Carlos Prado. (2006). *Entre a realidade e os sonhos: o desafio de famílias com bebês*. Porto Alegre: L. C.
- Luk, B. H., & Loke, A. Y. (2015). The Impact of Infertility on the Psychological Well-Being, Marital Relationships, Sexual Relationships, and Quality of Life of Couples: A Systematic Review. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 0(0), 1–16. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2014.958789>
- McGoldrick, M., Carter, B. A., & Garcia Preto, N. A. (2011). *The expanded family life cycle: individual, family, and social perspectives*. New York: Pearson Allyn & Bacon.
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016a). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade* (pp. 375–398). Porto Alegre: Artmed.
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016b). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade2* (pp. 375–398). Porto Alegre: Artmed.
- McNeil, C., & Hembree-Kigin, T. L. (2010). *Parent-Child Interaction Therapy*. New York: Springer. Retrieved from <https://books.google.com/books?hl=pt->

BR&lr=&id=JwELgvbc9-UC&pgis=1

- Minuchin, P. (1985). Families and Individual Development: Provocations from the Field of Family Therapy. *Child Development*, 56(2), 289–302. <https://doi.org/10.2307/1129720>
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. (J. A. Cunha, Trans.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Miranda, C. E. S., & Cohen, R. H. P. (2012). Uma Criança é Adotada: O Lugar Simbólico da Filiação e seus Efeitos Subjetivos. *Psicologia Em Pesquisa*, 6(1), 61–67.
- Nabinger, S. B. (1997). A construção dos vínculos na adoção. In N. Fichtner (Ed.) (pp. 77–85). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Nabinger, S. B. (2010). *Adoção: o encontro de duas histórias*. Santo Ângelo: FURI.
- Nova lei da adoção (2009). Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- NUFABE. (2017). Questionário sobre a adoção. Porto Alegre.
- NVivo Qualitative Data Analysis Software (Version 11). (2015). Doncaster, Victoria: QSR International Pty Ltd.
- Paiva, L. D. de. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pittman, F. (1994). *Mentiras Privadas: a infidelidade e a traição da intimidade*. (A. Médicas, Ed.).
- Prado, L. C. (1996). O bebê inaugura a família: a terapia pais-bebês. In L. C. Prado (Ed.), *Famílias e Terapeutas: construindo caminhos* (pp. 97–130). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Prado, L. C., Gomes, A. G., Frizzo, G. B., Santos, C. A. dos, Schwenberger, D. D. de S., Lopes, R. S., & Piccinini, C. A. (2009). Psicoterapia breve pais-bebê: revisando a literatura. *Revista de Psiquiatria Do Rio Grande Do Sul*, 31(3), 1–13. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082009000400008>
- Resmini, G. de F. (2018). *A construção da parentalidade na adoção tardia: formação de*

vínculos e adaptação inicial na adoção de crianças entre três e cinco anos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Roberson, K. C. (2006). Attachment and caregiving behavioral systems in intercountry adoption: A literature review. *Children and Youth Services Review*, 28(7), 727–740.
<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2005.07.008>

Rondell, F., & Michaels, R. (1965). *You and your child: A guide for adoptive parents* (Second). New York: Crown Publishers, INC.

Rotkirch, A., & Janhunen, K. (2010). Maternal guilt. *Evolutionary Psychology*, 8(1), 90–106.
<https://doi.org/10.1177/147470491000800108>

Scherman, R., & Mullenberg, R. (2013). *The affect of adoption on a couple's intimate relationship*. The New Zealand Psychological Society supported by the Psychology Department, the University of Auckland. Retrieved from
<http://aut.researchgateway.ac.nz/handle/10292/6805>

Schwengber, D. D. de S., Prado, L. C., & Piccinini, C. A. (2009). O impacto de uma psicoterapia breve pais-bebê para as representações acerca da maternidade no contexto da depressão. *Psico (Porto Alegre)*, 40(3), 382–391. Retrieved from
<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=643499&indexSearch=ID>

Schwochow, M. S. (2018). *Tornar-Se Mãe Por Adoção: a Espera Por Um Filho*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Retrieved from
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181159/001074421.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Sebastiany, N. (2011). *Adoção Internacional e Serviço Social*. Unijuí, Ijuí.

Selwyn, J., Wijedasa, D., & Meakings, S. (2014). *Beyond the adoption order: challenges, interventions and adoption disruption*. University of Bristol: Department for Education.

<https://doi.org/10.1002/psp>

Silva, C. S. e, & Carneiro, M. (2014). Adaptação à parentalidade: o nascimento do primeiro filho. *Revista de Enfermagem Referência*, IV(3), 17–26.

<https://doi.org/10.12707/RIII13143>

Silva, C. L. da, & Benetti, S. P. da C. (2015). Older child adoption: A study of the affiliation process. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(1), 121–127.

<https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000100011>

Silva, P. S. da, Silva, E. X. de L. e, Lopes, R. de C. S., & Frizzo, G. B. (n.d.). Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção: implicações para os processos de habilitação. *Estudos de Psicologia (Ntala)*.

Silva, P. S. da, Sonogo, J. C., Lopes, R. de C. S., & Frizzo, G. B. (n.d.). Implicações da infertilidade na avaliação psicossocial de candidatos à adoção. *Paidéia*.

Silva, P. S. (2015). *Os processos de habilitação para adoção do ponto de vista de técnicos judiciários do Rio Grande do Sul*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Simmel, C. (2007). Risk and Protective Factors Contributing to the Longitudinal Psychosocial Well-Being of Adopted Foster Children. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 15(4), 237–249. <https://doi.org/10.1177/10634266070150040501>

Solis-Ponton, L. (2004). *Construcción de la parentalidad (1st ed.)*. México: El Manual Moderno.

Spindel, P. (2015). *Working with families : a guide for health and human services professionals*. Toronto: Canadian Scholars' Press. Retrieved from <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FE91CQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA67&dq=%22family+scripts%22+parenting&ots=gAeaEHj-Ok&sig=dp-miTEMh7r4-XqPpA4jR1N2MZs#v=onepage&q=%22family+scripts%22+parenting&f=false>

Sturgess, W., & Selwyn, J. (2007). Supporting the Placements of Children Adopted Out of

Care. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 12(1), 13–28.

<https://doi.org/10.1177/1359104507071051>

Sturniolo, A. M. (1996). I demand a rewrite: When your child does not fit your script. In J. D.

Atwood (Ed.), *Family scripts* (p. 331). New York: Taylor and Francis. Retrieved from

<https://books.google.com.br/books?hl=pt->

[BR&lr=&id=GKn59oZE2eYC&oi=fnd&pg=PA101&dq=family+scripts&ots=mLdPJW](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GKn59oZE2eYC&oi=fnd&pg=PA101&dq=family+scripts&ots=mLdPJW)

[oT9d&sig=TMzOEO8yAZdcwXdzwXKA6e5wsVk#v=onepage&q=family](https://books.google.com.br/books?hl=pt-oT9d&sig=TMzOEO8yAZdcwXdzwXKA6e5wsVk#v=onepage&q=family)

[scripts&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-scripts&f=false)

Suter, E. A., Baxter, L. A., Seurer, L. M., & Thomas, L. J. (2014). Discursive Constructions of the Meaning of “Family” in Online Narratives of Foster Adoptive Parents.

Communication Monographs, 81(1), 59–78.

<https://doi.org/10.1080/03637751.2014.880791>

Tabajaski, B., Rodrigues, R., & Gaiger, M. (1998). O trabalho do psicólogo no Juizado da

Infância e da Juventude de Porto Alegre/RS. *Aletheia*, 7, 9–18.

Tarren-Sweeney, M. (2016). The Developmental Case for Adopting Children From Care.

Clinical Child Psychology and Psychiatry, 21(4), 497–505.

<https://doi.org/10.1177/1359104516670277>

van Ijzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller Memorial Lecture 2006:

adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in

physical, socio-emotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology and*

Psychiatry, and Allied Disciplines, 47(12), 1228–1245. <https://doi.org/10.1111/j.1469->

[7610.2006.01675.x](https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x)

van IJzendoorn, M. H., Juffer, F., & Poelhuis, C. W. K. (2005). Adoption and Cognitive

Development: A Meta-Analytic Comparison of Adopted and Nonadopted Children’s IQ

and School Performance. *Psychological Bulletin*, 131(2), 301–316.

Vargas, M. M. (1998). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa

do Psicólogo.

Walsh, F. (2006). *Strengthening family resilience* (2ª edição). New York: The Guilford Press.

Walsh, F. (2016). Resiliência familiar: Resistência formada pela adversidade. In F. Walsh (Ed.), *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade* 2 (pp. 399–427). Porto Alegre: Artmed.

Zornig, S. A.-J. (2012). Construção da parentalidade: da infância dos pais ao nascimento do filho. In C. A. Piccinini & P. Alvarenga (Eds.) (pp. 17–34). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Zornig, S. M. A.-J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 453–470. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

ANEXO A

Relato Detalhado dos Casos Apresentados no Estudo II

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Estudo II: Tornar-se pai e mãe no contexto da adoção

Estamos convidando você a participar do estudo “Tornar-se pai e mãe no contexto adoção” que tem como objetivo investigar, em momentos diferentes, o processo de transição para a parentalidade no contexto da adoção. Mais especificamente, espera-se identificar questões que influenciam o processo de se tornar pai ou mãe no contexto da adoção e em relação aos seus aspectos emocionais e do seu filho(a) (como depressão e ansiedade).

Para alcançar os objetivos do estudo você será contatado em dois momentos distintos. O primeiro momento será logo após a adoção do seu filho e o segundo momento, seis meses após este primeiro contato. Ambos os encontros para coletas de dados terão duração aproximada de 120 minutos.

No primeiro encontro, você responderá algumas perguntas a respeito de seus dados de identificação pessoal, demográficos, da experiência com os serviços de adoção e de como foi o primeiro encontro com seu (sua) filho (a) e como estão ocorrendo estas primeiras experiências. Além disso, aplicaremos alguns instrumentos para avaliar questões referentes a sua saúde mental e sobre o relacionamento conjugal, se esta for a sua situação. Ainda, faremos uma avaliação do desenvolvimento do (a) seu (sua) filho (a).

No segundo encontro, seis meses após o primeiro, você será entrevistado a respeito da experiência de estar sendo pai ou mãe adotivo. Novamente, avaliaremos questões relativas a sua saúde mental, às questões do seu relacionamento conjugal, se aplicável, e o desenvolvimento do (a) seu (sua) filho (a).

Seus dados de identificação serão confidenciais e reservados, não sendo divulgados na publicação dos resultados, já que servirão apenas para caracterizar o público que está colaborando com a pesquisa. As gravações serão utilizadas somente para este estudo, sendo armazenadas pela coordenadora da pesquisa durante 5 (cinco) anos e, após este período, serão deletadas.

Os riscos para participação dessa pesquisa são mínimos, já que poderá haver desconforto ao responder algumas perguntas feitas pelo entrevistador. Se isso acontecer, você terá suporte da nossa equipe de pesquisa que poderá encaminhá-los para atendimento psicológico. Caso a equipe identifique que você e/ou seu filho(a) estejam passando por um momento difícil neste período de adaptação, você será informado e será convidado a participar de outro estudo intitulado "Psicoterapia breve pais-criança no contexto da adoção". Esse estudo terá como objetivo proporcionar uma intervenção familiar pais-criança e investigar os efeitos desta na adaptação com o seu (sua) filho (a). Essa psicoterapia também poderá ser oferecida quando você mesmo(a) perceber a necessidade de um acompanhamento ou auxílio nesse processo de vinculação com seu filho(a). Se você sentir essa necessidade, poderá entrar em contato a qualquer momento da pesquisa e solicitar a sua participação.

Os valores gastos em passagens de transportes públicos para deslocamento até o local das entrevistas poderão ser ressarcidos, ou seja, você não terá nenhum custo em participar da pesquisa. Neste momento, você pode não ter benefícios diretos desta pesquisa, mas através de sua participação, futuras pais e mães adotivos e os profissionais que trabalham com esse público poderão ser beneficiados. Não há remuneração prevista por sua participação.

Você terá a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isto traga prejuízo para sua vida pessoal. Você receberá informações sobre este projeto de pesquisa e a forma como será conduzido e, em caso de dúvida ou novas perguntas, poderá entrar em contato com a pesquisadora Profa. Dra. Giana Bitencourt Frizzo, no Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queira contatar com a equipe, isto poderá ser feito pelo telefone 3308-5338 ou 9712-9343.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pode ser contatado pelo fone 3308-5698 ou e-mail cep-psico@ufrgs.br.

Você receberá cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra via com a equipe de pesquisa.
Porto Alegre, ____, de _____ de 20__.

Nome do Participante: _____

Assinatura do Participante: _____

Professora Dra. Giana Bitencourt Frizzo

Pesquisador Responsável

ANEXO C

Questionário sobre a adoção (NUFABE, 2017)

Dados Gerais

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos Local de nascimento: _____

Endereço atual: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____

Celular: _____ Email: _____

Status de relacionamento: () solteiro(a) () namorando () casado(a) () morando junto () separado(a)/divorciado(a) () viúvo(a)

Se casado ou morando junto, tempo de união: _____

Escolaridade: () nenhuma () Ensino Fundamental - ____ série () Ensino Médio - ____ série () Superior () Curso Técnico () Pós-Graduação () Outro _____

Ainda está estudando? () não () sim

Atualmente está trabalhando? () sim () não () aposentado(a)

Qual sua ocupação: _____ Quantas horas de trabalho/semana?

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- () Nenhuma renda
- () Até 1 salário mínimo (até R\$ 937,00)
- () De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 937,00 até R\$ 2.811,00)
- () De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.811,00 até R\$ 5.622,00)
- () De 6 a 9 salários mínimos (R\$ 5.622,00 até R\$ 8.433,00)
- () De 9 a 12 salários mínimos (R\$ 8.433,00 até R\$ 11.244,00)
- () De 12 a 15 salários mínimos (R\$ 11.244,00 até R\$ 14.055,00)
- () Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.055,00)

Quantas pessoas dependem dessa renda? _____

Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? _____

Tem religião? () sim () não Qual? _____ É praticante? () sim () não

Dados do companheiro atual

Nome. _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos Local de nascimento: _____

Endereço atual: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____

Celular: _____ Email: _____

Escolaridade: () nenhuma () Ensino Fundamental - ____ série () Ensino Médio - ____ série () Superior () Curso Técnico () Pós-Graduação () Outro _____

Ainda está estudando? () não () sim

Atualmente está trabalhando? () sim () não () aposentado(a)

Qual sua ocupação: _____ **Quantas horas de trabalho/semana?**

Tem religião? () sim () não **Qual?** _____ **É praticante?** () sim () não

Tem outros filhos? () sim () não **Quantos?** _____ **Idades:** _____

Dados sobre antes da adoção

Como foi sua adoção? () sozinho(a) () com meu/minha companheiro(a)

Quais os motivos que o levaram a decidir pela adoção de uma criança? (você pode marcar mais de uma alternativa)

() por infertilidade: () minha () de meu/minha companheiro(a) () de ambos ou () desconhecida

() impossibilidade de gestar por outro motivo que não a infertilidade

() desejo de formar uma família

() vontade de ter um filho

() desejo de ajudar uma criança

() outro motivo: _____

Caso a motivação tenha sido a infertilidade ou impossibilidade de gestar, responda:

Tentou tratamentos de reprodução assistida? () sim () não

Por quanto tempo? _____ **Quais?** _____

Houve abortos anteriores à adoção? () sim () não () espontâneo () induzido **Quantos?** _____

Quando? _____

De quem partiu a ideia de adoção? () minha () do meu/minha companheiro(a)

() de ambos () de meu médico () outros: _____

Depois de aproximadamente quanto tempo conversando sobre o assunto você resolveu se candidatar à adoção? _____

Quando iniciou o processo de habilitação? _____ **Quanto tempo durou?** _____

No processo de habilitação, que perfil da criança você decidiu?

Sexo () F () M () ambos

Idade: Qual faixa etária? _____

Cor da pele: Quais? _____

Aceita grupo de irmãos? () sim () não

Aceita doença tratável? () sim () não

Aceita doença não tratável? () sim () não

Aceita deficiência? () sim () não

Houve mudança do perfil escolhido durante o processo? () sim () não **Alterações do perfil:**

Já aconteceram outras adoções na sua família? () não () sim. **Qual grau de parentesco?** _____

Qual a idade da criança quando foi adotada? _____

Foi uma adoção realizada pelas vias legais? () não () sim

Os filhos sabem que são adotados? _____

Você participou ou participa de algum grupo de apoio sobre adoção? () sim () não

Qual? _____ Por quanto tempo? _____

Tem ou teve acompanhamento psicológico motivado por questões da adoção? () Sim () Não

Se sim, por quanto tempo? _____

Qual motivo? _____

Se não realizou atendimento psicológico, sente necessidade desse tipo de acompanhamento? () Sim
() Não

Se a criança já foi adotada, responder:

Dados sobre seu filho

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Idade: ___ anos Local de Nascimento: _____

Tempo de acolhimento institucional: _____ Cidade de acolhimento: _____

Possui irmãos: () Sim () Não Quantos: _____

Você sabe sobre a origem biológica do seu filho? () sim () não

Seu filho frequenta creche/escola: () Sim () Não

Quanto tempo ficou na fila de espera até conhecer seu filho? _____

Quanto tempo ficaram em aproximação? _____

Data da chegada de seu filho na sua família: ___/___/___

Tempo de estágio de convivência: _____ Ainda está em estágio de convivência? () Sim () Não

Houve sentença de adoção (final)? () Sim Data: ___/___/___ () Não

Caso precisamos entrar em contato com você novamente, por favor deixe algum outro contato:

Gostaria de ser avisado para participar de outras pesquisas sobre adoção? () sim () não

Comentários, observações, sugestões (opcional):

ANEXO D

Entrevista sobre transição para parentalidade no contexto da adoção – 15 dias após a colocação

ENTREVISTA SOBRE TRANSIÇÃO PARA PARENTALIDADE NO CONTEXTO DA ADOÇÃO – 15 dias após a colocação (Adaptado de Chaves & Sperb, 2001)

1. Gostaria que você me contasse como foi o projeto adotivo de vocês. Como decidiram adotar uma criança?

- Como foi que chegaram à decisão de adotar uma criança?
- Pensa que para seu companheiro foi da mesma forma?
- Realizaram procedimentos médicos na tentativa de uma gestação biológica?
- Histórias de aborto espontâneo ou não?
- Possuem um diagnóstico médico de infertilidade? Qual?
- Como foi para você o processo de habilitação para adoção?

2. Como foi a espera por esse filho (a)?

- Quanto tempo aguardaram na lista de espera?
- Participaram de grupo de preparação? Como foi?
- Houveram outras tentativas de adoção que não a legal? Alguma outra pessoa tentou a intermediação de outro bebê?
- Como foi a participação da família extensa e de pessoas próximas no processo de decisão e de espera do bebê?
- Em algum momento cogitou em desistir? Por que? O que fez tu continuar?
- Quais os maiores receios que você tinha em relação à adoção?

3. Como foi a chegada da criança até vocês?

- Como receberam a notícia da chegada da criança?
- Como foi o encontro com seu filho (a)? Onde foi? Como foi a impressão de onde ele se encontrava?
- Qual foi sua reação quando você se aproximou dele (a)?
- Ele (a) era como você imaginava que seria?

4. Tiveram alguma dificuldade nos momentos de adaptação da criança?

- Quais as condições de saúde da criança?
- Apresentou alguma dificuldade de sono ou de alimentação? E de comportamento?
- Como foi a recepção de seus familiares e de pessoas próximas?

5. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre a experiência da parentalidade, ou seja, como está sendo ser mãe/pai nesse momento inicial?

(Caso não tenha mencionado): Você pode me falar um pouco mais sobre...

- Como você está se sentindo como mãe/pai nesse momento?
- Você já percebe alguma dificuldade?
- Como você se descreve como mãe/pai?
- Quais as atividades que você mais gosta de fazer em relação a seu filho (a)? E quais você menos gosta?
- O que você sabe sobre o relacionamento com a sua mãe/pai quando você tinha a idade do seu filho? Como você imagina que era o relacionamento de vocês? De que forma você pensa que a relação com seus pais quando era criança influencia no seu jeito de ser mãe/pai do seu filho?

6. Eu gostaria que me falasse um pouco sobre os momentos em que (nome da criança) tem ficado longe de você:

(Caso não tenha mencionado): Você pode me falar um pouco mais sobre...

- Quais foram esses momentos em que vocês tiveram que ficar longe? Como você se sentiu? Como seu filho (a) se sentiu?
- Ele está indo na creche/escola? Por quantas horas por dia?
- (Se não está indo na escola) com quem ele fica durante o dia? Como você se sente com isso?
- Tem alguém que o ajuda a cuidar do seu filho?
- Você pretende colocá-lo na creche/escola? Quando? Por quê?

7. Eu gostaria que você me falasse um pouco como está vendo seu companheiro (a) como pai/mãe.

(Caso não tenha mencionado): Você pode me falar um pouco mais sobre...

- Como é o jeito dele lidar com seu filho (a)?/
- Que coisas ele costuma fazer com o (nome da criança)? Que coisas ele não faz?
- O seu companheiro (a) o ajuda no cuidado do (nome da criança)? Você solicita a ajuda dele (a)? Como ele (a) reage?
- Vocês têm alguma discordância com relação aos cuidados do (nome da criança)? Em que? Como é?

8. (no caso de bebês ou crianças muito pequenas) como pensa em conversar sobre seu filho sobre a história da adoção?

- Você e seu companheiro (a) conversam sobre essa situação?
- Existe algum segredo com as pessoas próximas ou familiares sobre a adoção de (nome da criança)?
- Em algum momento a adoção já foi passada para o bebê?

9. Se pudesse modificar alguma coisa em todos esses momentos que viveu, o que pensa que poderia ser diferente?

ANEXO E

Entrevista sobre transição para parentalidade no contexto da adoção – Seis meses após a colocação

ENTREVISTA SOBRE TRANSIÇÃO PARA PARENTALIDADE NO CONTEXTO DA ADOÇÃO – Seis meses após a colocação

(Adaptado de Chaves & Sperb, 2001)

1. Gostaria de conversar sobre como foi a adaptação nesses primeiros 6 meses de adoção. Como tem sido?

- Mudou algum aspecto na adaptação depois da primeira entrevista?
- Existe algo que você imaginava que seria de forma diferente na adaptação? O quê? Qual a diferença entre o que você imaginava e como está acontecendo?
- Como você vê que seu filho está se adaptando?
- Quais as maiores dificuldades que você encontrou?
- A rotina da família mudou nesses últimos meses?
- Como foi está a adaptação em relação aos seus familiares?

2. Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre a experiência da parentalidade, ou seja, como está sendo ser mãe/pai nesses primeiros meses?

(Caso não tenha mencionado): Você pode me falar um pouco mais sobre...

- Como você está se sentindo como mãe/pai nesse momento?
- Você percebeu alguma dificuldade?
- Como você se descreve como mãe/pai agora passados 6 meses da adoção?
- Quais as atividades que você mais gosta de fazer em relação a seu filho(a)? E quais você menos gosta?
- O que você sabe sobre o relacionamento com a sua mãe/pai quando você tinha a idade do seu filho?
- Como você imagina que era o relacionamento de vocês? De que forma você pensa que a relação com seus pais quando era criança influencia no seu jeito de ser mãe/pai do seu filho?

3. Eu gostaria que me falasse um pouco sobre os momentos em que (nome da criança) tem ficado longe de você:

(Caso não tenha mencionado): Você pode me falar um pouco mais sobre...

- Quais foram esses momentos em que vocês tiveram que ficar longe? Como você se sentiu? Como seu filho(a) se sentiu?
- Ele está indo na creche/escola? Por quantas horas por dia?
- (Se não está indo na escola) Com quem ele fica durante o dia? Como você se sente com isso?
- Tem alguém que o ajuda a cuidar do seu filho?
- Você pretende colocá-lo na creche/escola? Quando? Por quê?

4. Eu gostaria que você me falasse um pouco como está vendo seu companheiro(a) como pai/mãe.

(Caso não tenha mencionado): Você pode me falar um pouco mais sobre...

- Como é o jeito dele lidar com seu filho(a)?
- Que coisas ele costuma fazer com o (nome da criança)? Que coisas ele não faz?
- O seu companheiro(a) o ajuda no cuidado do (nome da criança)? Você solicita a ajuda dele(a)? Como ele(a) reage?
- Vocês têm alguma discordância com relação aos cuidados do (nome da criança)? Em que? Como é?

5. (no caso de bebês ou crianças muito pequenas) Como pensa em conversar sobre seu filho sobre a história da adoção?

- Você e seu companheiro(a) conversam sobre essa situação?
- Existe algum segredo com as pessoas próximas ou familiares sobre a adoção de (nome da criança)?
- Em algum momento a adoção já foi passada pro bebê?

6. Se pudesse modificar alguma coisa em todos esses momentos que viveu, o que pensa que poderia ser diferente?

ANEXO F
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção

Pesquisador: Giana Bitencourt Frizzo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58061816.4.1001.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.765.176

Apresentação do Projeto:

O objetivo do presente estudo é investigar a transição para a parentalidade no contexto da adoção. O estudo visa investigar, de forma qualitativa e quantitativa, como se dá o processo de transição para a parentalidade adotiva, em seu aspecto psicológico, a partir da perspectiva de candidatos na fila de espera pela adoção e de adotantes que estão em estágio de convivência com a criança. Assim, este projeto inclui uma investigação abrangente e quantitativa dos candidatos e pais envolvidos no processo de adoção - em seus diferentes estágios (Estudo 1), em todo o território nacional. O projeto tem como meta, ainda, pesquisar como é a experiência de candidatos que estão na fila de espera de adoção de uma criança de 0 a 6 anos de idade (Estudo 2), na cidade de Porto Alegre. É prevista, também, a investigação detalhada dessa transição para a parentalidade, através de um estudo longitudinal (Estudo 3) com adotantes da cidade de Porto Alegre. Por fim, prevê-se um estudo sobre o impacto da psicoterapia pais-criança no contexto da adoção (Estudo 4) para auxiliar as famílias envolvidas nessa transição. A presente proposta poderá vir a contribuir para caracterizar os candidatos à adoção e os adotantes de diferentes comarcas do Brasil, fornecendo dados que podem embasar as práticas em relação aos serviços de adoção. Além disso, através do conhecimento do processo de

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 1.765.176

adoção em termos

longitudinais poderá fornecer subsídios para os técnicos do Judiciário pautarem suas ações, assim como subsidiar modificações nas políticas de

adoção. Ainda, a integração entre Universidade e Poder Judiciário poderá permitir a interlocução entre os saberes e fazeres da Psicologia, Serviço

Social e Direito. Por fim, a proposta de intervenção psicoterápica com famílias adotivas poderá fornecer base prática e teórica para a criação de um

protocolo de intervenção em contexto brasileiro. Por ser esta uma prática com poucos registros científicos, acredita-se que trará grandes contribuições aos profissionais dos sistemas públicos de saúde e de assistência social que tem contato diário com estas famílias.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo do presente estudo é investigar a transição para a parentalidade no contexto da adoção. O estudo visa a investigar, de forma qualitativa e

quantitativa, como se dá o processo de transição para a parentalidade adotiva, em seu aspecto psicológico, a partir da perspectiva de candidatos na

fila de espera pela adoção e de adotantes que estão em estágio de convivência com a criança. Assim, este projeto inclui uma investigação

abrangente e quantitativa dos candidatos e pais envolvidos no processo de adoção - em seus diferentes estágios (Estudo 1), em todo o território

nacional. O projeto tem como meta, ainda, pesquisar como é a experiência de candidatos que estão na fila de espera de adoção de uma criança de

0 a 6 anos de idade (Estudo 2), na cidade de Porto Alegre. É prevista, também, a investigação detalhada dessa transição para a parentalidade,

através de um estudo longitudinal (Estudo 3) com adotantes da cidade de Porto Alegre. Por fim, prevê-se um estudo sobre o impacto da psicoterapia

pais-criança no contexto da adoção (Estudo 4) para auxiliar as famílias envolvidas nessa transição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

São previstos riscos mínimos para a participação, já que pode haver algum desconforto em responder os instrumentos.

Benefícios:

Acredita-se que a presente proposta poderá vir a contribuir para caracterizar os candidatos à adoção e os adotantes de diferentes comarcas do

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 1.765.176

Brasil, fornecendo dados que podem embasar as práticas em relação aos serviços de adoção. Além disso, através do conhecimento do processo de adoção em termos longitudinais poderá fornecer subsídios para os técnicos do Judiciário pautarem suas ações, assim como subsidiar modificações nas políticas de adoção. Ainda, a integração entre Universidade e Poder Judiciário poderá permitir a interlocução entre os saberes e fazeres da Psicologia, Serviço Social e Direito. Por fim, a proposta de intervenção psicoterápica com famílias adotivas poderá fornecer base prática e teórica para a criação de um protocolo de intervenção em contexto brasileiro. Por ser esta uma prática com poucos registros científicos, acredita-se que trará grandes contribuições aos profissionais dos sistemas públicos de saúde e de assistência social que tem contato diário com estas famílias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia de Análise de Dados:

Estudo I: Perfil, experiências e crenças de cuidado dos candidatos à adoção e dos adotantes do Brasil -

Análise de dados: Será utilizada estatística

descritiva a fim de fazer um mapeamento acerca do perfil dos adotantes (Robson, 2002). Também poderão ser utilizadas análises de correlação,

testes t e ANOVAS para verificar a associação entre características dos candidatos e adotantes e as variáveis dependentes investigadas (crenças e

práticas parentais, motivações para adoção, relação com os serviços de adoção). Estudo II: Experiências e expectativas frente à adoção e à criança

de candidatos inscritos no CNA - Análise dos dados: Os dados das entrevistas serão analisados a partir da análise temática (Braun & Clarke, 2006)

com o auxílio do software NVivo 10 ("NVivo Qualitative Data Analysis Software (Version 10)," 2012). O objetivo será identificar os principais

conteúdos que exponham o que é a experiência de estar esperando pela adoção de um filho. Serão utilizadas estatísticas descritivas para a

caracterização da amostra em relação aos dados quantitativos obtidos, bem como estatísticas correlacionais, visando verificar eventuais

associações entre ansiedade, depressão e outras variáveis, como o ajustamento conjugal, o suporte familiar e a vinculação aos próprios pais. Estudo

III: Tomar-se pai e mãe no contexto da adoção - Os dados das entrevistas serão analisados a

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 1.765.176

partir da análise de temática (Braun & Clarke, 2006), com o auxílio do software NVivo 10 ("NVivo Qualitative Data Analysis Software (Version 10)," 2012). O objetivo será identificar os principais conteúdos que exponham o que é a experiência de estar vivenciando a adoção de um filho ao longo dos primeiros seis meses de convivência.

Também serão utilizadas estatísticas descritivas para a caracterização da amostra em relação aos dados quantitativos obtidos, bem como

estatísticas correlacionais, visando verificar eventuais associações entre ansiedade, depressão e outras variáveis, como o ajustamento conjugal, o

suporte familiar e a vinculação aos próprios pais. Essas análises contemplarão os três momentos de coleta de dados, visando-se obter um

panorama das eventuais modificações em relação aos aspectos investigados ao longo do tempo. Estudo IV: Psicoterapia breve pais-criança no

contexto da adoção - Análise estatística descritiva será inicialmente utilizada para se descrever as diversas variáveis investigadas antes e após a

psicoterapia (saúde mental dos pais, problemas de comportamento das crianças, relacionamento conjugal), além do relacionamento com a criança,

avaliado através dos vídeos das sessões de psicoterapia. Num segundo momento será utilizado teste t com amostras pareadas para comparar os

escores dos participantes nessas variáveis examinadas antes e após a intervenção.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta todos os termos obrigatórios. Os TCLE foram revistos de forma a contemplar as sugestões do parecerista. Todas as pendências foram atendidas.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está ética e metodologicamente adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS**



Continuação do Parecer: 1.765.176

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_689792.pdf	26/09/2016 13:32:57		Aceito
Outros	Carta_Alteracoes.pdf	26/09/2016 13:31:55	Patricia Santos da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EstudolV_Alterado.pdf	26/09/2016 13:18:05	Patricia Santos da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EstudolII_Alterado.pdf	26/09/2016 13:17:56	Patricia Santos da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EstudolI_Alterado.pdf	26/09/2016 13:17:49	Patricia Santos da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudol_Alterado.pdf	26/09/2016 13:16:34	Patricia Santos da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_cep_alterado.pdf	26/09/2016 13:15:54	Patricia Santos da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	22/07/2016 12:58:48	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito
Outros	folha_rosto.jpg	22/07/2016 12:56:32	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_ASSENTIMENTO_JUIZ.pdf	18/07/2016 13:22:53	Patricia Santos da Silva	Aceito
Outros	compesq.pdf	18/07/2016 11:59:34	Giana Bitencourt Frizzo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 07 de Outubro de 2016

Assinado por:
Clarissa Marcell Trentini
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

ANEXO G

Termo de Concordância com Proposta de Pesquisa



Termo de Concordância com Proposta de Pesquisa

Eu, Marcelo Mairon Rodrigues, juiz do 2º Juizado da Infância e Juventude da cidade de Porto Alegre, conheço o projeto de pesquisa intitulado “**Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção**”, que tem como pesquisadora responsável **Giana Bitencourt Frizzo**, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Declaro que concordo com a execução do projeto mediante aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, preservado o sigilo dos dados.

Porto Alegre, 19 de abril de 2016.



Marcelo Mairon Rodrigues
Juiz de Direito